

1º CONCURSO FOTOGRÁFICO

Mais de 100 fotografias inscritas

100 ANOS DO HORTO FLORESTAL

Conheça a história da atual FEENA

RETROSPECTIVA DO ESPORTE

Histórias marcantes de 30 anos de esportes em Rio Claro

60 ANOS DA DIRETORIA REGIONAL DO CENTRO DAS INDÚSTRIAS

Atendimento as demandas regionais

SEGURANÇA PÚBLICA e URBANIZAÇÃO DE RIO CLARO

Uma análise social

DIRETAS, JÁ! e REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

A participação de Rio Claro

HISTÓRIAS MARCANTES

- Luiz Martins Rodrigues Filho
- Paulo Rodrigues
- Roberto Palmari



De depois de cinco anos, a **REVISTA DO ARQUIVO** volta propondo-se a ser um canal de comunicação entre a história e a atualidade trazendo a certeza de que, embora difícil, vale a pena viver e acreditar na humanidade.

Nova produção aconteceu no período de 2000 a 2004, com cinco revistas anuais todas lançadas por ocasião do aniversário da cidade, comemorado no mês de junho.

O conjunto das duas revistas de 2009 visa retomar esse veículo de comunicação do Arquivo, retratando parte do que ocorreu na cidade, sua gente e sua história.

Conselho Editorial

Conselho Editorial

Equipe do Arquivo

Superintendente

Funcionários

Estagiários

REVISTA DO ARQUIVO

Organizadores

Imagem da capa

Imagem da contracapa

Digitalização das imagens

Projeto gráfico e diagramação

Estagiária

4 SABER-PODER: ESSA DUPLA QUE FAZ ESQUECER

7 RIO CLARO REVELA SUA HISTÓRIA: OLHARES PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO

13 HORTO FLORESTAL (ATUAL FEENA) COMPLETA 100 ANOS. VAMOS RESTAURAR E PRESERVAR O QUE AINDA EXISTE

18 RETROSPECTIVA DE 30 ANOS DE ESPORTES DE RIO CLARO

22 SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS DIÁLOGOS COM A CULTURA DA PAZ: PRINCÍPIOS PARA OS NOVOS TEMPOS NA CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL EM RIO CLARO.

26 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE RIO CLARO
DA LEI FEDERAL DO PARCELAMENTO DO SOLO 6.799/79
ATÉ OS NOSSOS DIAS

33 PARTICIPAÇÃO DE RIO CLARO NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

38 60 ANOS DA DIRETORIA REGIONAL DO CENTRO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO EM RIO CLARO

44 DIRETAS, JÁ! A CAMPANHA QUE MUDOU O BRASIL

HISTÓRIAS MARCANTES |||||||

50 O POETA E SUA HERANÇA

52 A TRAJETÓRIA DO GRUPO BANZO

56 O BAÚ ENCANTADO DE ROBERTO PALMARI

LOURENÇO FAVARI



Vista externa do Arquivo
Fonte: Acervo do Arquivo Público

Saber-poder: essa dupla que faz esquecer

MARIA TERESA DE ARRUDA CAMPOS

Psicóloga, pedagoga, mestre e doutoranda pela Faculdade de Educação da Unicamp, Superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, SP, desde janeiro de 2009.

Por muito tempo os arquivos públicos e históricos tiveram o papel de “guardar” a história das muitas comunidades, de seus moradores, de suas lutas. Guardaram tão bem que muitas delas ficaram esquecidas.

Um arquivo é um lugar onde são guardados e produzidos saberes e, por isso mesmo, acaba sendo um instituidor do que deve ser considerado saber e do que está fora desse conceito. O saber é um dos poderosos controles que fazem com que a sociedade continue sendo regida, controlada por aqueles que a detêm. Assim, todo o esquema de funcionamento da sociedade passa pelos letrados, pelos estudados que, muitas vezes, deixam de lado o saber da vida, o saber da experiência.

Essa dicotomia entre a prática e a teoria foi muito discutida e graças a esforços de acadêmicos e pressão da sociedade civil, muita coisa tem mudado. O movimento social ajudou a politizar essa discussão dentro da academia e cobrou que esta

olhasse para a vida de forma a contemplar os muitos saberes ali produzidos.

Deleuze, numa entrevista a Foucault, em 04 de março de 1972, intitulada “Os Intelectuais e o Poder”¹, assim aborda a questão do poder no bojo de uma sociedade em ebulição: “Em toda parte onde há poder, o poder se exerce. Ninguém, para falar com uma certa propriedade, é seu titular; no entanto, ele se exerce sempre em uma certa direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o tem; mas se sabe quem não o tem (p.44)”.

É assim que um equipamento como um arquivo público também pode se servir ao poder, um poder que quer apagar as diferenças, que descumprir sua função, que se deixa ser usado como local de guarda dos feitos das elites, que confunde o que é público com o que é privado. Um Arquivo também é local de uso indevido de recursos, de uso desse recurso para

realização de desejos particulares, de equivocada seleção de objetivos e metas a serem alcançadas, sempre que se posicionar como local de saber de uma elite em detrimento de um saber coletivo construído na experiência.

Os procedimentos e normas podem conspirar para o apagamento da cultura popular, desde sua ausência nos documentos ali guardados, até sua ausência de instâncias de poder que contribuíam para posicionar sua atuação.

Deixar falar, dizer de si, inscrever-se, são formas de (auto)rizar uma existência na sua expressão, coisa que pode significar grandes mudanças, muitas vezes temidas pelos que estão nesse lugar de poder. No mesmo artigo citado, Deleuze afirma: “Se as crianças conseguissem fazer entender seus protestos em um maternal, ou mesmo simplesmente suas questões, isso bastaria para causar uma explosão no conjunto do sistema de ensino (Ibid, p.40)”. E os pobres, os analfabetos, os operários, os negros, as mulheres, os adolescentes em conflito com a lei, as crianças abusadas ou exploradas sexualmente, os artistas, os educadores, os usuários do serviço de saúde, os idosos, entre muitos outros...? Como podemos ouvir o que têm a dizer? Isso só poderá acontecer se considerarmos que essas pessoas têm algo a dizer, caso contrário, pela nossa ocupação de um lugar de poder, com um saber posto, constituído, nada terão a acrescentar.

Quais outros protestos estamos conseguindo ver, ouvir, sentir? Na estrutura saber-poder na qual estamos assentados, há lugar para ouvirmos os adolescentes que querem aquilo que a mídia vende e que outros meninos de sua idade têm? E os idosos que são dopados com antidepressivos em lugar de serem saciados em sua dor pela companhia de um outro? Há lugar para ouvir aqueles que só estão encontrando prazer no uso das drogas sejam as lícitas ou as ilícitas? Daquele que come vorazmente, talvez na tenta-

tiva de se preencher, ou da menina que não consegue comer porque lhe faltam razões? Ou ainda daqueles que acham que a justiça virá dos céus?

Aos outros, os não detentores do poder, há sempre uma desqualificação de seu lugar, de sua experiência. Uma experiência é um saber que tem uma teoria, que sabe viver, que retrata a vida e é um saber construído na luta do dia-a-dia, muitas vezes longe dos bancos escolares, longe das instituições oficialmente montadas para disciplinar e normatizar. É assim que essa própria estrutura de poder, a que as camadas populares estão submetidas, servirá de alavanca para as muitas resistências que podem aparecer das mais diversas formas. Todo poder provoca uma resistência.

Foucault (2003)², ao responder àqueles que o criticam argumentando que ao colocar o poder em toda parte estaria excluindo qualquer possibilidade de resistência, argumentou: “Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência”.

Essa resistência está presente nas muitas possibilidades criadas para se conseguir viver numa sociedade de apelo ao consumo sem se ter possibilidade real de consumir, de (des)valorização das relações pessoais em nome do mercado, da superficialidade dos contatos e da fragilidade dos afetos, da ausência de possibilidade criativa e acesso à arte. Resta marcar-se, imprimir-se num estilo musical, no corpo, nas roupas, nas palavras novas, nas militâncias. Radicalizar, ousar, enfrentar as normas custe o que custar. “A possibilidade de o sujeito singular escapar das classificações, da cristalização das identificações, do que é normatizado como o esperado para seu

1] FOUCAULT, M. Os Intelectuais e o Poder. In: Ditos e Escritos IV: Estratégia Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 37-47.

2] Ibid, p. 232.



Vista parcial da sala de documentação permanente
Fonte: Acervo do Arquivo Público



Vista parcial do depósito de documentação intermediária.
Fonte: Acervo do Arquivo Público

enquadramento é tarefa que exige um trabalho sobre si mesmo que muitas vezes não se torna possível.³³

Assim, podemos trabalhar no sentido de criar espaços de resistência dentro de um equipamento público e reverter a história, abrindo espaços para que novas histórias possam ser contadas e assim, a partir dessa possibilidade de fazer-se resistir às relações de saber-poder, outras verdades possam aparecer.

As verdades são enunciadas pelos procedimentos socialmente reconhecidos como científicos e veiculadas pelos sistemas de informações. Quando só um tipo de música é veiculado nas rádios, quando um tipo de programa está na TV das salas com muita frequência, quando a moda está representada nas telenovelas de sucesso, muitas pessoas passam a acreditar naquele modelo, naquelas verdades como sendo 'a verdade'.

Mariguela e Souza (2007) bem abordam essa questão quando afirmam: "A verdade é, pelo contrário, uma fabricação social, com base em certos condicionantes históricos, e exerce sobre o indivíduo e a população um quantum, mais ou menos intenso, de poder. A verdade é, pois, deste mundo; é efeito de poder e ao mesmo tempo lugar de sua produção"³⁴.

Uma verdade que sempre se fez presente foi a de acreditar que o povo não tem condições de escrever, de registrar sua história. Dizem que ele não é suficientemente culto para isso. Essa verdade de que a sabedoria passa pelos bancos escolares precisa ser desconstruída e em seu lugar ser revisto o papel do intelectual que passaria a ser o de contribuir para que os saberes locais possam se fazer ouvir.

Dessa forma, o Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, pretende cumprir seu papel de ser um facilitador para que as vozes emudecidas possam se fazer ouvir, para que o dinheiro público possa ser utilizado para o bem público, para que as razões de viver possam aparecer e fazer sentido a todos que compõem a sociedade, mas que ficaram à sua margem.

Que o bloco da história saia no Carnaval da vida levando estandartes que contenham aqueles que tiveram a oportunidade de se intelectualizar e aqueles que detêm o saber, fruto da vivência, aqueles que, mesmo longe dos bancos escolares, puderam sistematizar suas experiências em sabedorias. Esse é um caminho para podermos nos incluir entre os que se denominam humanos. ♦

Para comemorar seus 30 anos, o Arquivo se faz presente cumprindo seu papel nos projetos:

- Criação do Portal Memória Viva: Arte, Cultura e História.
- Realização do Batepapo Cultural: Encontro mensal de pensar a vida.
- Nomeação do Conselho Editorial do Arquivo para avaliação da produção de livros acadêmicos, históricos, agendas, cartilhas, revistas e outros
- Realização do Concurso "Rio Claro revela sua história": para ampla participação popular na ampliação do Acervo
- Criação de Grupos de Trabalho para pesquisas e produção de material
- Participação ativa no Movimento Social e em Conselhos
- Digitalização e Informatização de Acervo: democratização do saber
- Melhoria nas condições de trabalho dos funcionários visando a excelência do serviço público.

Rio Claro revela sua história: olhares para o patrimônio histórico

MARIA TERESA DE ARRUDA CAMPOS

Olhar para a cidade, para seus detalhes, para sua gente, para sua arquitetura pode ser um elemento importante na promoção do sentimento de pertencimento que contribui para com o cuidado com sua história. Assim, a cidadania pode sair da intenção e do papel e ser a possibilidade de conviver, compartilhar e ter, para consigo e para os outros atitudes de respeito, de criação, reconhecimento e cuidado.

Pensando nessas questões o Arquivo Público e Histórico inicia uma série de cursos que pretendem 'revelar' as muitas realidades de nossa cidade. Esse 1º. Concurso Fotográfico teve a intenção de resgatar alguns dos prédios que fizeram parte da nossa história e que estão presentes na cidade. Muitos outros não tiveram a mesma sorte e hoje são estacionamentos, bancos, lojas. Foram derrubados legal ou criminosamente, trocados pela especulação imobiliária que olha os lucros esquecendo-se do valor histórico. Muito das dificuldades que vivemos na atualidade se sustentam nessa lógica do comércio desmedido e interesseiro.

33] CAMPOS, M. T. A. "A Adolescência Inventada e os Sujeitos que se Inventam na Participação Social: Capturas e Rupturas". Dissertação de mestrado, FE-UNICAMP, disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000437952>

34] MARIGUELA, M. e SOUZA, R. "Sexualidade e Diferenças no Cotidiano Escolar: Por uma Filosofia Curiosa de Si". In: CAMARGO, A.M. e MARIGUELA, M. (orgs.). *Cotidiano Escolar - Emergência e Invenção*. Piracicaba: Jacintho Editores, 2007, p. 113.



1º. lugar – Sebastião Luiz Miotto
(detalhe do Casarão da Cultura – Avenida 3, Esquina da Rua 7)



2º. lugar – Isabela Riani Sauli
(Chefe de Estação – Estação Ferroviária)

Viver em sociedade é mais do que acumular bens, é a possibilidade de construir uma cidade mais justa, mais criativa, mais coletiva. Esses valores, em desuso me parece, precisam ser retomados para que possamos nos orgulhar de sermos humanos e não nos envergonhar dos tempos que vivemos.

Dos vinte e quatro prédios escolhidos para participar desse concurso, dezessete foram registrados pelas lentes cuidadosas de fotógrafos amadores e profissionais. Os prédios selecionados pelos fotógrafos foram:

Estação Ferroviária e Oficinas da Fepasa
Escola Bayeux – Avenida 5, Ruas 5 e 6
Casarão da Cultura – Avenida 3, Rua 7
Escola Joaquim Sales – Rua 7, Avenidas 5 e 7
Museu Histórico e Pedagógico – Avenida 2, Rua 7
Escola Irineu Penteado – Rua 1, Avenida 18
Antigo Matadouro Municipal (Avenida João Polastri)
Casarão do Ulysses – Atual sede do Puríssimo (Avenida 3 com Rua 7)
Casarão Dr. Hugo José Moraes – Avenida 3, esquina da Rua 7
Matriz S. João Batista – Rua 6, Avenidas 5 e 3



3º. lugar – Luiz Carlos Ramassotti
(detalhe da Escola Armando Bayeux da Silva)



4º. lugar – Adriano Ricardo Mergulhão
(detalhe do Casarão Avenida 1, Esquina da Rua 11)



5º. lugar – Alessa Heyer Redi
(relógio – Estação Ferroviária)

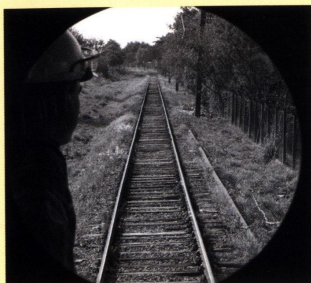
Fachada do Shopping – parte antiga da antiga Fábrica Matarazzo
Casarão Ilara e Victorino Machado – Avenida 1, Ruas 10 e 11
Casarão da Avenida 2 esquina da Rua 6
Floresta Estadual – capela e casarão
Castelinho (Atual automóvel Clube) – Avenida Rio Claro, com Avenidas 26 e 28
Cine Variedades – Avenida 1, Rua 6

Participaram do concurso 114 fotografias causando bastante dificuldade ao corpo de jurados para a escolha das cinco a serem premiadas. Apenas duas foram desclassificadas por apresentarem prédios que não estavam contemplados no edital. A dificuldade foi tanta, que os jurados resolveram atribuir alguns prêmios como menções honrosas.

Delicadeza e cuidado no olhar, na escolha do ângulo, na preocupação com o detalhe são as marcas desses trabalhos que, com certeza inauguram a série de concursos que o Arquivo promoverá.

A muitas idades, de interesses e de ótica alegraram a variedade dos olhares. Entre os cinco primeiros lugares, as idades variam de 11 anos a 63, de pós graduados a ensino fundamental, de moradores do centro e dos bairros, amadores e profissionais, fotógrafos já consagrados e iniciantes.

A comissão julgadora foi composta por: Marisa Campos, Paulo Mello, Renê Mainardi, Onivaldo Dagnolo, Renê Neubauer e Leopoldo Laium que voluntariamente trabalharam por horas para conseguir eleger entre tantas obras de arte, aquelas que estariam entre as premiadas e de forma mais ampliada, que seriam contempladas na exposição.



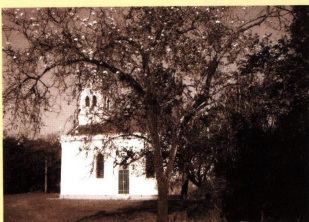
Menção honrosa – *Criatividade*:
Adriana Aparecida Grello
(Linha Férrea)



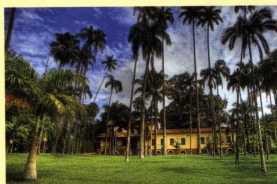
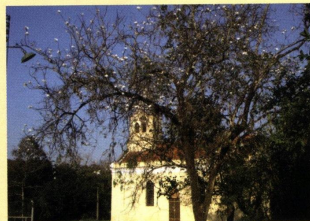
Menção honrosa – *Olhar Inusitado*:
Benedito Rollim Saullo
(Fechadura)



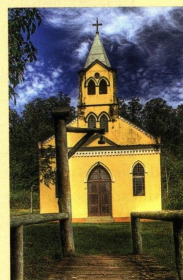
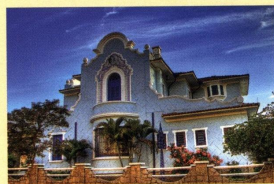
Menção honrosa – *Percepção*:
Maria Isabel de Oliveira
(Igreja Matriz)



Menção honrosa – *Conjunto*: Rafael Alexandre Prado
(Capela Santo Antonio dos Eucaliptos – Floresta Estadual)



Menção honrosa – *Conjunto*: Gilberto de Campos Nogueira
[Casarão do Ulysses (atual sede do Colégio Puríssimo Coração de Maria), Solar do Navarro de Andrade (Floresta Estadual)
e Capela Santo Antonio dos Eucaliptos (Floresta Estadual)]



A curadoria da exposição ficou a cargo do artista plástico René Mainardi, também membro do corpo de jurados e foi realizada no Casarão da Cultura, equipamento da Secretaria Municipal da Cultura, em lançamento dia 15 de Junho, estendendo-se até 15 de Julho para visitação do público.

O 1º. Concurso Rio Claro revela sua História foi realizado graças ao esforço da Prefeitura Municipal de Rio Claro por meio da articulação entre o Arquivo Público e Histórico e as Secretarias de Cultura e de Turismo. ♦

Horto Florestal (atual FEENA) completa 100 anos

vamos restaurar e preservar o que
ainda existe

AUGUSTO JERONIMO MARTINI

Graduado em Geografia, pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp de Rio Claro, mestre e doutorando em História Social pela USP. É professor da Rede Estadual de Ensino e atualmente trabalha na Secretaria da Fazenda de São Paulo, desenvolvendo atividades na FAZESP – Escola Fazendária.



Horto Laboratório

O ano de 2004 marcou o centenário da introdução do eucalipto para fins produtivos no Brasil, quando Edmundo Navarro de Andrade¹ deu início, em Jundiá, aos reflorestamentos experimentais para obter matéria-prima destinada à produção de lenha e dormentes para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Suas pesquisas surtiram efeito e, em junho de 1909, a ex-Cia adquiriu a primeira gleba de terra em Rio Claro, a qual possuía 1403 alqueires, onde estava assentado um casarão que era a sede de antiga fazenda e colônia de trabalhadores. Instituído o Horto Florestal de Rio Claro, este passou a ser a sede do Serviço Florestal da Companhia Paulista. Em 1910, outras glebas menores foram adquiridas, porém em meados de 1916, a *Paulista* adquiriu a maior de todas elas: 1754 hectares. Portanto, em 2009, nosso antigo Horto Florestal, hoje *Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade*, completa 100 anos.

Diversos foram os serviços de relevância prestados pelo Serviço Florestal da Cia. Paulista de Estradas de Ferro para a comunidade em geral. Edmundo Navarro de Andrade desenvolveu, paralelamente às suas pesquisas sobre as espécies de eucaliptos, outras destinadas à área de entomologia aplicada à agricultura, principalmente de cafeeiros e citricultura. Nesse aspecto, o Serviço Florestal da Companhia funcionou como aquilo que poderíamos denominar hoje de um centro de consultas para trabalhos na área. Tanto que, por exemplo, os órgãos estatais só atentaram para o fato de estudar o caso da Broca do Café depois que o Serviço Florestal, através do cientista, chamou atenção para este problema.

Para registrar os resultados dos trabalhos científicos do órgão, foi criado o *Boletim do Serviço Florestal*, que também foi utilizado como instrumento para o intercâmbio científico da instituição. A maioria dos trabalhos publicados era destinada à cultura do eucalipto e às pesquisas genéticas para o melhoramento das espécies.

1] sobre Edmundo Navarro de Andrade veja box na p. 9.

Mas não era só a isso que se prestava o Serviço Florestal. Prestava outros importantes serviços, como a distribuição de mudas para pequenos agricultores e a venda de sementes selecionadas para os interessados em reflorestar em larga escala, em todos os Estados brasileiros e vários países da América Latina e do mundo. E Navarro estava sempre pronto a responder questionamentos sobre o desenvolvimento das mudas, épocas e sistemas de plantio, espécies mais adequadas ao tipo de solo etc.

O Museu do Eucalipto surgiu, principalmente, devido ao grande número de consultas e visitas que Navarro recebia, de pessoas querendo conhecer a árvore que, segundo ele, se prestava a qualquer fim. E para provar tal afirmativa, quis o cientista transformar isso num símbolo, o qual também alavanca-va outra vantagem: poderia instruir seus visitantes. O museu foi criado para instruir o cidadão que visitasse suas coleções. E, para tanto, criou um museu científico inovador para a época: um museu interativo. Os visitantes podiam tocar na maioria das peças e, mais que tocar, manipulá-las para sentir a textura e densidade das mais diversas espécies de madeiras – nativas ou exóticas, como é o caso do eucalipto. Esse tipo de disposição do acervo definiu a relação do museu com um público cada vez maior, que incluía em suas visitas, desde estudantes até os mais renomados cientistas do mundo.

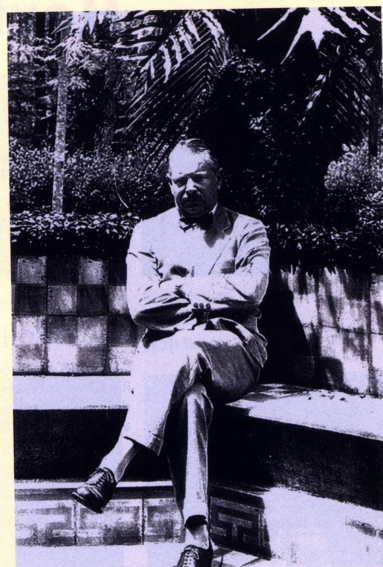
A história da introdução do eucalipto no Brasil para fins comerciais foi toda registrada no museu. Criado a partir de uma pequena coleção do próprio Navarro, ele foi sendo instalado, aos poucos, começando com duas salas, chegando anos mais tarde a 16.

Muito mais que o único museu no mundo que expõe tudo sobre a história da introdução do eucalipto para fins comerciais no Brasil, ele deve ser visto como uma instituição científica. Para tal fim foi criado e assim perdurou longos anos em sua trajetória, pelo menos enquanto durou o império da ferrovia no Brasil, e, em especial, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Após a década de 1970, com o sucateamento da malha ferroviária e a estatização, o museu perdeu o seu status, sendo relegado à ignorância.

O HERBÁRIO

De igual sina sofre o herbário formado por Edmundo Navarro de Andrade, que entre outras, possui a coleção com a qual foi presenteado por Joseph Henry Maiden, quando esteve na Austrália. Sem um prédio e mobiliário adequados, aos poucos tende a desaparecer.

Apesar de seus 100 anos de existência e de sua importância, o herbário do Serviço Florestal da Companhia Paulista, representado por coleções históricas em sua grande maioria, e outras provenientes de inventários locais e regionais,



Edmundo Navarro de Andrade

encontra-se, atualmente, com infraestrutura inadequada. Gostaria de deixar aqui registrado que, face à situação crítica do herbário, é fundamental que seja feito um investimento em infraestrutura compatível com sua importância científica, histórica e cultural. Os armários, confeccionados em madeira, precisam de manutenção e muitas das gavetas que guardam o material científico no herbário estão emperradas e/ou lotadas, necessitando também de manutenção. Necessita, portanto, de urgente reforma da estrutura física e do sistema de manejo de coleções.

A FEENA precisaria de um projeto visando modernizar, em caráter emergencial, a infraestrutura, ou seja, a estrutura física, meios de manutenção do valioso acervo, equipamentos adequados às tarefas do dia-a-dia do herbário e a informatização da coleção, disponibilizando o banco de dados on-line, permitindo a dinamização de todas as suas funções essenciais com vistas à preservação e à intensificação da sua utilização como subsídio à pesquisa científica, e a conscientização dos diferentes segmentos da sociedade sobre a importância do acervo, da natureza botânica e, sobretudo, da biodiversidade.

EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE – filho de João de Campos Navarro de Andrade e de Cristina Afonseca Navarro de Andrade. Nasceu a 2 de janeiro de 1881, na cidade de São Paulo/SP, vindo a falecer em 1º de dezembro de 1941. Fez os estudos primários e parte dos secundários de 1891 a 1894, no Colégio Ateneu Paulista e Ivay, concluindo o curso de preparatórios na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Fez os seus estudos de agricultura, durante 6 anos, na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra (Portugal), onde se diplomou em 1º de agosto de 1903. De regresso ao Brasil, foi encarregado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro de organizar o seu primeiro horto florestal em Jundiá, tendo sido para isso nomeado em 30 de dezembro de 1903. Em fevereiro de 1909, foi nomeado chefe do Serviço Florestal da mesma empresa.

Fundou e dirigiu, de 1908 a 1915, a revista “O Fazendeiro”.

Desempenhou vários cargos em comissão, tais como: Diretor do Serviço Florestal do Estado de São Paulo, de 1911 a 1917; Diretor Técnico do Serviço de Debelação da Broca Cafeeira, de maio de 1924 a novembro de 1926; Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, durante a Interventoria do Coronel João Alberto Lins de Barros, de 5 de dezembro de 1930 a 25 de julho de 1931, ocupando também interinamen-

te, no mesmo governo, os cargos de Secretário da Educação e Saúde Pública e da Viação e Obras Públicas; Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura do Rio de Janeiro, de janeiro a julho de 1934, tendo exercido interinamente, por três vezes, durante esse período, o cargo de Ministro da Agricultura. Fez parte da Comissão do Código Florestal, do Ministério da Agricultura, do Conselho Superior de Agricultura de São Paulo, Presidente do Conselho Florestal do mesmo Estado e do Tribunal de Tarifas da Secretaria da Viação de São Paulo. Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo, da Academia Paulista de Letras, membro correspondente da Real Academia de Agricultura de Turim, da Sociedade American Foresters, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Agricultura e Comendador da Ordem de Cristo. Foi premiado com a Medalha “Meyer” da Sociedade Americana de Genética, concedida a quem se destacasse nos trabalhos de introdução de plantas exóticas de importância comercial. Desempenhou no exterior várias comissões de estudo em missão dos Governos Federal e de São Paulo e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tendo percorrido, em longas viagens, grande parte do mundo. Publicou vários livros sobre a cultura do eucalipto, entre outros tantos. Vários deles em língua estrangeira.

Algumas ações precisariam ser implantadas, como:

- Proporcionar, por meio de isolamento, espaços físicos condizentes com a conservação do material de herbário, como uma sala climatizada e uma sala para consulentes;
- Modernizar o sistema de expurgo, substituindo a naftalina por tratamentos periódicos mais adequados;
- Estocar, de forma mais eficiente, o material do acervo, acondicionando-o em armários com vedação adequada (arquivos deslizantes seriam o ideal) e em sala climatizada e desumidificada;
- Informatizar o acervo visando dinamizar o processo de registro e consulta e do manuseio de material.

O registro de todo o material do herbário em banco de dados também seria uma medida essencial a ser tomada. O uso de um único banco de dados facilitaria a organização e o acesso instantâneo a todas as informações sobre o acervo, agilizando buscas e pesquisas. Possibilitaria a recuperação imediata dos fichários, há muito obsoletos, permitindo a reimpressão imediata, em

formato padronizado, de todos os dados ali existentes, pois os livros de tombo, ferramenta auxiliar de busca de informações nos herbários, desapareceram no processo de extinção da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Os dados não contidos nas exsicatas e os desaparecidos que existiram nos livros de tombo poderão ser recuperados por meio de novas pesquisas. As fichas podem ser impressas mantendo-se o padrão tradicional, com menos alteração do que se verifica historicamente. A informatização permitirá a inclusão das coleções temáticas, como é o caso das espécies nativas e do Arboreto. A separação física de coleções perderá o sentido, mas como se trata de um herbário histórico, e devido às exsicatas serem os principais documentos ainda disponíveis de Navarro, deverá ser mantida, preservando o trabalho e o método desenvolvido pelo cientista.

O ideal seria transformar o herbário num fundo documental, pois a principal função de um fundo é relevar o valor que o documento teve no momento de sua criação. Mesmo que venham a surgir outras necessidades referentes ao herbário no decorrer do tempo, deve-se manter o “respeito aos fundos”, procurando deixar as exsicatas em sua ordem original.

A falta de conhecimento de procedimentos arquivísticos fez com que o herbário fosse subutilizado até agora. A necessidade de identificação do acervo como um fundo documental, por parte dos responsáveis pela guarda e conservação do herbário, passou despercebida até o momento, devido à sua falta de treinamento ou especialização técnica na área de arquivo. Os anos de descaso e abandono, nesse aspecto, podem ser considerados como favoráveis no que diz respeito à integridade e à unicidade do acervo, pois ele não perdeu a sua organização original. Assim, o profissional que for organizar tal acervo deve ter o cuidado de garantir a manutenção da classificação original dada por Edmundo Navarro de Andrade, no momento de sua produção, isto é, garantir que não vai haver mistura com outros fundos. Não cabe ao profissional de arquivo dizer que a classificação está completamente errada e usar outros métodos que não vão demonstrar as características originais do fundo. É necessário haver uma padronização nos procedimentos de ajuste à classificação, de forma a garantir que a ordenação original seja mantida. Sugerimos que a hierarquização do acervo seja feita levando em consideração a visão maximalista, primando pela indivisibilidade do fundo. O profissional responsável pela organização deverá ter em mente que não se pode usar um modelo preestabelecido de classificação, pois cada fundo tem suas particularidades, sendo necessário aplicar as técnicas e metodologias de classificação de forma uniformizada.

Poderá ser criado um quadro de arranjo, onde o arquivista vai demonstrar a classificação externa, isto é, a diferenciação e hierarquização dos fundos entre si. Feito isso, o fundo poderá ser classificado internamente, procurando-se representar as estruturas, funções, atribuições e atividades existentes, usando os conceitos de grupo, subgrupo, série, sub-série etc.

Seria importante a criação de instrumentos de classificação (fichas de classificação, notação etc.), garantindo assim a uniformidade e o total controle da metodologia adotada para o trabalho de classificação. Isso é importante, pois permite reavaliar a metodologia adotada, visando o aprimoramento da técnica aplicada na organização do fundo e dando ao pesquisador garantia do acesso à informação, sem perder as características originais do acervo.

Aliado a isso, se a informatização das coleções for concretizada, reduzirá a frequência com que o material tem que ser manuseado. A localização eletrônica será incomparavelmente mais rápida. Os dados poderão ser levantados diretamente a partir das exsicatas, o que permitirá a avaliação do estado de conservação do material.

Imagens digitais de exsicatas poderão ser conseguidas, capacitando o herbário a registrar, armazenar e transmitir imagens das exsicatas para outras instituições de pesquisa.



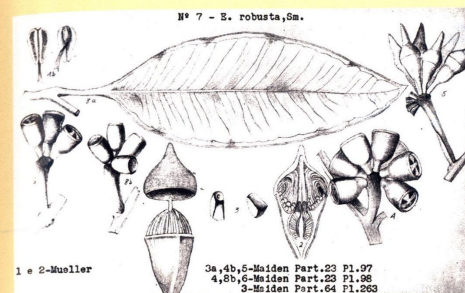
Exsicata do Herbário da FEENA

A transmissão de imagens digitais agilizará os processos de intercâmbio de informações científicas. Tanto o museu como o herbário poderiam passar por um processo de informatização do acervo, com a instalação de terminais para consulta por usuários, visitantes e alunos.

A visitação da página poderá trazer os recursos necessários para a manutenção do sistema do herbário e da divulgação do museu, por meio do estabelecimento de parcerias e de patrocínios.

O grau de desenvolvimento da ciência hoje não admite que um herbário com tal importância e de tão valioso acervo permaneça de fora dos modernos procedimentos da informática.

Além disso, a recuperação dos documentos que estão em mãos de particulares e de outras instituições é de fundamental importância para a perpetuação da história tanto do Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade como do próprio cientista. A administração da FEENA, juntamente com a Associação de Amigos do Horto, poderia encetar campanhas pedindo o apoio da comunidade rio-clarense para efetivar a recuperação de documentos e peças desaparecidas do Museu do Eucalypto.



Ficha catalográfica do Eucalypto

Edmundo Navarro de Andrade foi um pioneiro em sua época. Como ele mesmo dizia, não estava preocupado com o reflorestamento do Estado de São Paulo. Esta função deveria ser executada pelos dirigentes e burocratas. Sua principal tarefa era a de fornecer matéria-prima para uma firma particular, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Mas suas experiências fizeram com que viesse à tona a preocupação com a preservação ambiental no país. Outras empresas ferroviárias seguiram o mesmo caminho. Seu trabalho foi cuidadosamente implementado, comparando o crescimento de árvores nativas e de espécies exóticas. Estudou as pragas que atacavam as florestas, contribuiu para a debelação da broca do café, cultivou e estudou plantas cítricas, principalmente a laranja. Provou que a madeira do eucalypto, além de servir para os fins desejados pela *Paulista*, poderia ser bem empregada nas empresas de construção e de mobiliário, além da produção de celulose.

Foi atacado por seus pares, pois tudo que é novo provoca discussões e apreensão. A todos enfrentou com dignidade, às vezes deixando de lado as regras da educação para confrontar os mais afoitos. Apesar de tudo, seu trabalho foi reconhecido no país e no exterior. Isso pode ser comprovado pelo número de visitantes ao Horto e ao Museu do Eucalypto, onde está registrado, além dos populares, um grande número de visitantes ilustres.

Muito mais que um importante ponto turístico de Rio Claro, a FEENA poderia ser vista como um importante polo científico e cultural.

Por tudo isso, a restauração e maior prestígio do Museu do Eucalypto e do Horto, hoje Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, são inadiáveis, bem como o reconhecimento pela sociedade do gigantesco esforço de que este cientista foi capaz. ♦

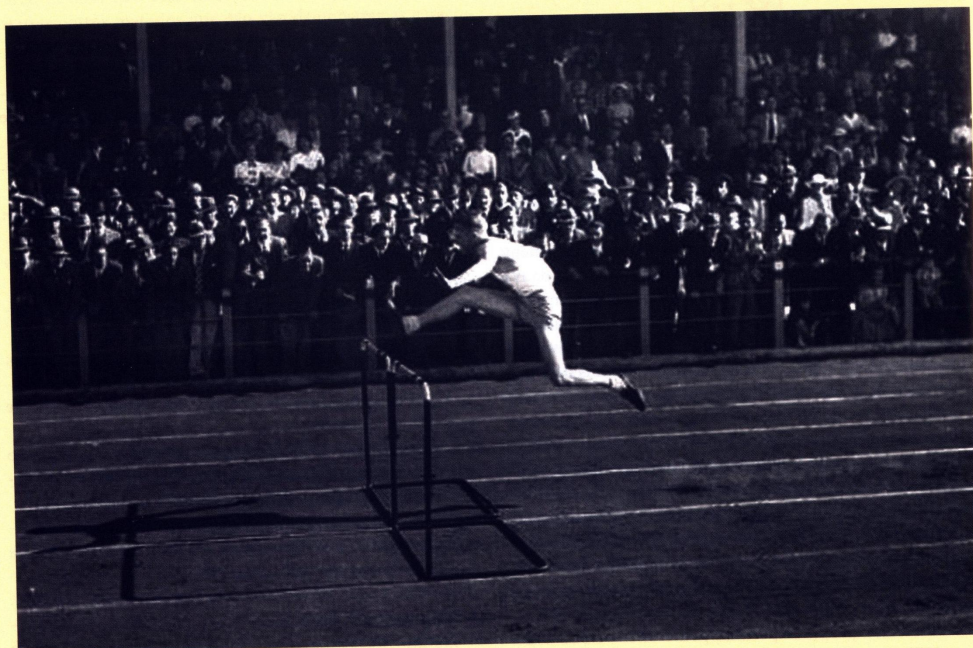
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALVES, Fernando A. Pires. A pessoalização de conjuntos documentais no âmbito dos arquivos institucionais. Rio de Janeiro: s.d., Casa de Oswaldo Cruz.
- ANDRADE, Edmundo Navarro de. A cultura do *Eucalyptus*. São Paulo: Typographia Brazil, 1909.
- _____. A cultura do *Eucalyptus* nos Estados Unidos. São Paulo: Typographia Brazil, 1910.
- _____. Manual do plantador de eucalyptos. São Paulo: Rothschild, 1911.
- _____. Os *Eucalyptus*, sua cultura e exploração. São Paulo: Rothschild, 1918.
- _____. A Volta do Mundo: impressões de viagem. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild, 1920.
- _____. O problema florestal no Brasil. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 15 jun. 1923.
- BELLOTTO, Heloísa Liberali. Arquivos privados: conceituação e caracterização. In: Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- _____. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.201-207, 1998.
- CAMARGO, A. M. de Almeida; BELLOTTO, Heloísa (coord.). Dicionário de Terminologia Arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- _____. Arquivos pessoais: questões para um debate. São Paulo, 1998.
- PEIXOTO, Ariane Luna; BARBOSA, Maria Regina de V. Os Herbários Brasileiros e a Flora Nacional: desafios para o Século 21. Disponível em: <<http://www.bdt.fat.org.br/oea/sib/ariane>> Acesso em 28 jan. 2004.

Retrospectiva de 30 anos de esportes de Rio Claro

WALTER GAMA

Mestre e Doutor pela USP, professor aposentado da Unesp Rio Claro, assistente-técnico da Seleção da Jamaica e diretor técnico da Seleção Nacional de Antígua & Barbuda.



João Redher Neto (El Tigre) — Decatleta da Seleção Brasileira

Fonte: Acervo particular de Walter Gama

Em comemoração aos 30 anos da criação do Arquivo Municipal de Rio Claro, resgataremos fatos da história desportiva ocorridos neste período. Transcrever tal trajetória desportiva não é uma tarefa simples. No entanto, a ideia central deste documento é resgatar na memória os acontecimentos desportivos que tiveram maior impacto no cotidiano da sociedade de Rio Claro. Tais relatos deverão despertar sentimentos de saudades nos mais velhos e servir como inspiração e exemplos a serem seguidos aos jovens atletas de nossa cidade.

De qualquer forma, é impossível contar os últimos 30 anos sem ressaltar os advenços mais relevantes ocorridos anteriormente a este período. Sendo assim, daremos destaque às pessoas que foram importantes e originaram o desporto na cidade de Rio Claro. De João Redher Neto a Filipe Fusaro, podemos observar uma trajetória maravilhosa que foi escrita com letras de ouro no cenário desportivo nacional e mundial. Atletas, dirigentes e colaboradores do esporte que mesmo diante das inúmeras dificuldades marcaram com suor, lágrimas e muita vezes até com o próprio sangue nossas conquistas na história.

As repercussões esportivas na cidade se iniciaram mais fortemente no atletismo, onde tivemos grandes nomes e feitos, tais como: José Antonio Rabaca, que foi recordista brasileiro e sul-americano nos 200 metros rasos e os fundistas Bonerges Borges e Ferraz Rolim. No entanto, o mais marcante de todos foi João Redher Netto (El Tigre), decatleta da seleção brasileira que obteve grandes marcas das quais a principal foi a conquista do Sul-americano da Argentina.

João Redher foi importante não somente por suas conquistas, mas também pelos feitos curiosos vividos na cidade.

O atleta, sem local para treinar, foi obrigado a construir, junto ao irmão, com as próprias mãos e ferramentas rudimentares, uma pista de atletismo no Estádio do Velo Club. Além disso, seu negócio comercial se localizava ao lado da ferrovia paulista e ele aproveitava a passagem do trem (Maria Fumaça) para apostar corrida com o intuito de melhorar o seu rendimento nas pistas. Com esse espírito esportivo aliado ao seu talento, ele só podia se tornar um grande campeão.

Outra memorável passagem de nosso esporte foi a criação do Clube de Natação do Ginásio Köelle, capitaneado pela Prof^a. Herta Koelle e familiares. A equipe, que era treinada por Bruno Bucchi, conseguiu inúmeras conquistas e revelou atletas espetaculares dos quais podemos destacar: os irmãos Gonçalves, que foram representados por Maria Antonieta, Nivaldo e o mais consagrado de todos, João (Peixinho) que foi o único brasileiro, até então, a participar de cinco Olimpíadas. Podemos ressaltar também o recorde mundial alcançado por Manoel dos Santos nos 50 metros nado livre e outros nadadores da equipe, não menos importantes, como Athos Procópio, Gloria Funaro, Orestes Benatti e os irmãos Escher (Enio e a consagrada Sônia).

No basquetebol, é importante ressaltar a conquista do campeonato mundial obtida pelo atleta Fritz Braun, atuando pela Seleção Brasileira de basquete.

Para fechar esta introdução não poderíamos deixar de citar as inaugurações dos Estádios Benitão (1972) e Schmittão (1973), bem como a conquista do acesso no futebol profissional pela A.E. Velo Club Rioclarense para a Divisão maior do Estado de São Paulo (1979).



Equipe principal do A. E. Velo Clube Rio-clarense, 1991

Fonte: Acervo particular de Walter Gama



Seleção da Jamaica e treinador Ielê, Alfredo Traina Montesso

Fonte: Acervo particular de Walter Gama

DÉCADA DE 1980

O primeiro advento relevante na década de 1980 foi a realização dos Jogos Regionais em janeiro em 1984, que correspondia aos jogos de 1983. Tal evento foi transferido para a cidade devido à impossibilidade de a cidade de Santos, sede escolhida, realizar os jogos. Outro marco para a cidade foi a criação do curso de Educação Física da UNESP de Rio Claro (1985), sendo o primeiro curso gratuito no interior do Estado de São Paulo.

Em 1986, a cidade, sob o comando do prefeito Lincoln Magalhães, sediou os 51º. Jogos Abertos do Interior, que teve recorde de cidades (147), de atletas e dirigente (mais de 9500 pessoas) participantes.

Ainda na década de 1980 foi fundado, por um grupo de amigos, o Clube dos Cavaleiros. Atualmente, o Clube é presidido por Wagner Lousano, que ao longo dos tempos vem desempenhando um papel significativo no esporte de Rio Claro, revelando inúmeros atletas dos quais podemos destacar a figura do cavaleiro Jasper, que somente não participou dos jogos olímpicos da China por motivos de contusão. O Clube dos Cavaleiros ainda auxilia pessoas com necessidades especiais com um extraordinário trabalho feito com a Equoterapia.



Rio Claro Futebol Clube – acesso à série A-1

Fonte: Acervo do Rio Claro Futebol Clube



Basquete Rio-clarense tricampeão

Fonte: Acervo particular de Walter Gama

No futebol, Luiz Augusto Bagatini (Guto) conquistou o Campeonato Mundial Sub-20 defendendo a seleção brasileira de futebol no México e a A. E. Velo Club Rioclarense conquistou o vice-campeonato da segunda divisão do Estado de São Paulo.

Começou ainda nos anos 1980 a grande fase de nosso basquetebol. A equipe da cidade conquistou o acesso à divisão especial e divulgou internacionalmente o nome da cidade em um tour pelos Estados Unidos da América.

DÉCADA DE 1990

Na década de 1990, sem dúvida nenhuma nossos grandes feitos continuaram relacionados ao basquetebol: a equipe de Rio Claro ganhou quase tudo que disputou, inclusive o Panamericano de 1985. Para recordar, citaremos alguns nomes que ficaram marcados na história do basquete na cidade: no aspecto técnico, Narciso Hofling, Mané Bortolotti, Zé Boquinha, Bosco, José Medalha, Cláudio Mortari, Daniel, José Eduardo Mendes (Gibi), Piruca, Dito Enfermeiro, Dr. Valdir Godoy, Ulisses, Robertinho, Wilson Rensi, Marco Antônio, Teddy, Almir, Pelézinho, Paulão, Paulinho Vilas Boas, Zanon, Júnior; os



Vista panorâmica da hípica do Clube de Cavaleiros de Rio Claro

Fonte: Acervo particular de Moacir Vieira Martins Netto

americanos Askia Jones, Morgan Taylor e Billy Law; e os rio-clarense Gibizinho, Milito, Batiston, Osni, Bamba, Luciano Barthaman, Araújo, Edson, Jorge Pedro e, como maior destaque e ainda atuando, o armador da seleção brasileira Valtinho. Devemos destacar ainda as figuras de Luiz Felipe, Nilo, Zé Geraldo e o fabuloso Pedro Henrique de Toledo (Pedrão). A todos os dirigentes que participaram desta empreitada, nosso eterno reconhecimento com três figuras de destaque: Ernesto Frigeni (in memorian), Paulo Jodate David e Nelson Salomone.

No futebol profissional, na década de 1990, a A. E. Velo Club Rioclarense conseguiu o acesso para a Divisão Intermediária da F. P. F. e o Profº. Alfredo José Traina Montesso (Ielê) participou da Copa do Mundo de futebol na França (1998) como o mais novo preparador físico com a seleção nacional da Jamaica.

No tênis de campo, a rio-clarense Carla Thiene colocou a cidade de Rio Claro pela primeira vez no cenário nacional deste esporte, treinada pelo seu pai Valdecy e, posteriormente, por Zé Honório, tendo um extraordinário desempenho, inclusive com conquistas internacionais, levando o nome de nossa cidade a vários lugares do mundo e alcançando a primeira colocação no ranking brasileiro.

DÉCADA DE 2000

O Rio Claro F.C. foi o grande destaque esportivo da década de 2000, conseguindo quatro acessos seguidos até, finalmente, chegar à série A-1 do futebol paulista. Esta campanha somente pode ser alcançada devido à extraordinária gestão da família Baungartner, tendo como técnico Paulo Roberto.

Realização dos Jogos Regionais (2007) com a participação excelente de nossas equipes. Os jogos na cidade foram importantes para a solidificação da estrutura física de nossas praças esportivas, sendo o COJAI (Comitê Organizador dos Jogos Regionais) dirigido com competência por Sérgio Antonio Cristhfoletti. É importante registrar a retomada do ABCD Bandeirantes nas atividades desportivas das gestões de Álvaro Perin a Aldo Demarchi.

No automobilismo, começou a brilhar o jovem piloto Fabio Orsolon, dando início à difusão de mais um esporte na cidade.

O último relato esportivo fica por conta de nosso atleta do momento, filho de uma tradicional família rioclarense da Cidade Nova, Filipe Fuzaro. Ele tem marcado história no tiro ao alvo, categoria Fossa Double, inclusive, representando nossa cidade nas últimas Olimpíadas da China.

Ao fecharmos este texto, deixamos nossas sinceras desculpas por algum fato não recordado, mas ficamos abertos a contribuições para que possamos deixar um próximo trabalho mais completo.

Agora, a bola está com nosso novo capitão, o Prefeito Dú Altinari, que com sua competência deverá criar mecanismos de junção entre o esporte, a educação e a comunidade e, assim, permitir que nossa história desportiva continue sendo escrita de forma grandiosa. Somos um povo com sérias tendências esportivas, acreditamos muito nesse processo e Rio Claro merece estar sempre entre os melhores no esporte. Nossa excelente qualidade de vida passa obrigatoriamente pelos exemplos a serem seguidos no esporte. Com o coração aberto e com os mais sinceros agradecimentos. Até a próxima, se Deus quiser. ♦

Segurança Pública e seus diálogos com a cultura da paz:

princípios para os Novos Tempos na construção da justiça social em Rio Claro.

JOSÉ GUSTAVO VIÉGAS CARNEIRO

Delegado de polícia, Secretário Municipal de Segurança e Defesa Civil, mestre em Direito (UNIMEP), doutorando em Geografia (UNESP-RC), professor universitário e da ACADEPOL-SP, pesquisador científico do GestaFUV (Grupo de Estudo e Análise dos Fenômenos da Violência Urbana – UNESP-RC) e do LEVS (Laboratório de Estudo da Violência e Segurança – UNESP – Marília).

Todo povo que não cultua a sua história perde sua memória e sua identidade e, consequentemente, por não ter valores sociais agregadores, acaba se desestruturando, o que, via de regra, acarreta no incremento do individualismo, da violência, na negação da cidadania e na ausência do patriotismo que são tão necessários à coesão social.

O Arquivo Histórico de Rio Claro completa 30 anos dedicados à preservação da memória da sociedade rio-clarense, no fomento da pesquisa e no fortalecimento dos valores que priorizam a coesão de nossa sociedade. Essas missões são de vital importância ao nosso desenvolvimento sustentável e fazem do passado e do presente o sólido alicerce de um futuro virtuoso aos rio-clarenses.

Aquele que não planeja o seu futuro está negando a si mesmo a possibilidade de escolher por dias melhores e de participar da mudança ética que o mundo atual exige, ou seja, fazer com que a ciência e a tecnologia garantam o desenvolvimento sustentável e a dignidade das futuras gerações.

Nestes últimos 30 anos, muito aconteceu no setor de segurança pública com a instalação de inúmeras unidades policiais, quer nas polícias civil e militar, como na criação da Guarda Civil Municipal de Rio Claro, que vem se constituindo em referencial de relevantes serviços prestados à nossa cidade.

Por outro lado, o incremento das novas instalações de órgãos policiais em nada minimizou a violência e a criminalidade em Rio Claro, surgindo inúmeros questionamentos e propostas para que o nosso município resgate a sensação de segurança. Qual tem sido o papel do Estado e o nosso para

que tenhamos níveis toleráveis de violência e criminalidade, considerando que estes são fenômenos sociais previsíveis na convivência entre pessoas e estas para com o ambiente, para com o Estado e para com a sociedade?

Urge a necessidade de se fazer a reflexão crítica e a mudança de paradigmas nas questões referentes à segurança pública. Não se concebe a visão estreita de que a segurança tenha por missão principal a repressão daqueles que afrontam o ordenamento jurídico vigente. Muitas vezes, estes estão distantes da legitimidade da vontade da grande maioria da sociedade.

“Cada homem, diz Sartre, é aquilo que ele faz para ser”. O passado e o presente se convertem por meio da simbiose no nosso futuro, porque construímos o nosso futuro na programação que hoje fazemos e sob o olhar reflexivo do passado.

Ao planejarmos nosso futuro, devemos ser sempre utópicos e “nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos preocupados e comprometidos possa mudar o mundo; de fato, é só isso que o tem mudado” (Margaret Mead).

É de fulcral importância na convivência pacífica entre as pessoas que sejamos dóceis em nossas vidas, mesmo nos momentos em que a sociedade se depara com níveis intoleráveis de violência e criminalidade. Nesse sentido, a poetisa Cecília Meirelles sempre declamou que “um poeta é sempre irmão do vento e da água: deixa seu ritmo por onde passa”. O ritmo deve ser ditado pelos sonhos de que “permita que volte o meu rosto/ para um céu maior que este mundo, e aprenda a ser dócil no sonho como as estrelas no seu rumo”.



1ª. Conferência Municipal de Segurança de Rio Claro



As novas exigências do mundo globalizado arrastam a grande maioria da humanidade a viver em completa violência, fruto da miséria e do subdesenvolvimento social e econômico. A nova geopolítica tem determinado uma divisão mundial do mercado nesta sociedade do tipo pós-industrial e coloca em primeiro lugar não mais os países que possuem os meios de produção material, isto é, as fábricas, mas os países que possuem os meios de ideação, ou seja, os laboratórios de pesquisa, as universidades, os estúdios cinematográficos e televisões, os satélites, as editoras, os bancos de dados, portanto, os que produzem pesquisa e tecnologias, consequentemente, detentores de *know how* e patentes. *Produzir bens materiais não lhes convém economicamente porque polui e cria conflitos de classe* (Domenico Massi). Pensem e planejem-se nesse contexto geopolítico para que a segurança seja planetária.

Se verificarmos que a prática social está distante das teorias, façamos uso de nossa sabedoria. A sabedoria é o toque fundamental para equilibrar esse distanciamento. A sabedoria nada mais é do que a somatória do conhecimento adquirido, das experiências vividas e com a providencial pitadinha do saboroso amor de ofertar o melhor de si, que nos permitirá resolver todos os problemas apresentados e também será capaz de transformar o mercado e o poder político – que estão mais interessados em produzir e ganhar, para que possamos então impulsionar os novos processos para o desenvolvimento humano, banindo do mundo a ganância. Assim sendo, a grande alma, o Mahtma Gandhi profetizou que “a Terra pode oferecer o suficiente para satisfazer as necessidades de todos os homens; mas não a ganância de todos os homens”.

Santo Agostinho, o filósofo da Igreja, ensinou que o povo é o conjunto de pessoas racionais movidas por um sonho.

Qual tem sido o nosso sonho? E o nosso sonho para Rio Claro? Devemos nos questionar sempre...

Nossa compreensão não deve se distanciar do pensamento de Hannah Arendt de que a “*Terra e a própria quintessência da condição humana*”. E modestamente podemos completá-lo com o ideário de que a quintessência do homem é a sua alma que deve sempre se primar pelo amor, pela solidariedade e pela compaixão ao próximo.

O mundo não mais precisa de mitos, que servem para perpetuar o sempre igual. O mundo precisa de Charles Chaplin, o genial vagabundo, de Ghandi, de Cristo, de Maomé, de Esquivel, de Neruda, de Vinicius de Moraes, de Cesar Lattes, de Sabin, de Tom Jobim, de Marina Silva e de todos os bem-aventurados que tenham sede de segurança e justiça.

Que os nossos corações produzam poesias como a de Mario Quintana: “*Se as coisas são intangíveis...! Não é motivo para não querê-las.../Que tristes os caminhos, se não fora/A mágica presença das estrelas*”.

A utopia deve se fundir com a realidade por mais dura que possa ser. O poder pelo poder resulta sempre em violência. Essa foi a compreensão do pensador frankfurtiano Walter Benjamin quando apresentou a reflexão crítica ao utilizar a linguagem como prática discursiva e que reflete sempre no nosso cotidiano. Citou Benjamin, como exemplo, a palavra alemã *gewalt*, que pode ser compreendida tanto como poder ou violência. Se pensarmos no contexto da linguística – sob a ótica da cultura alemã –, o poder e a violência são originários da mesma essência. Importante é que os governantes sempre tragam no seu pensar e no seu agir que o poder deixará de ser violência quando aquele representa a legitimidade da vontade da maioria da sociedade.

Essas reflexões preliminares são importantes para se buscar soluções às nossas atuais e principais angústias: a violência, a criminalidade e a sensação de insegurança. Tem-se mais medo de morrer subitamente por causa da violência do que não ser atendido em um hospital diante de uma emergência. Outros hospitais haverão, contudo, disparado o revólver ou o ato de esfaquear, não há possibilidade física ou temporal de se retroceder esse ato. A chaga da violência muitas vezes não cicatriza e será constante dor até que a Paz Misericordiosa faça secá-la. Sensibilizada com essa angústia e chaga social é que a Igreja Católica lançou a Campanha da Fraternidade de 2009, que tem por missão a busca por luzes a salvar vidas e minimizar sofrimentos. O mesmo ocorre com o Estado laico brasileiro ao convocar já no ano passado a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública – CONSEG – que será realizada no segundo semestre deste ano. O sacro e o profano se unem na busca da Justiça.

Em Rio Claro não será diferente. O Prefeito Municipal convocou, no último mês de abril, a 1ª. Conferência Municipal de Segurança Pública que permitirá a participação dos operadores da segurança, do poder público e da sociedade organizada – na construção de políticas públicas locais destinadas à segurança pública.

As políticas públicas de segurança não podem prescindir da reflexão crítica, sob o viés de cunho ideológico, sob o papel da segurança e sob algumas condições sociais que incrementam a violência e a criminalidade e que a administração pública não deve se esquivar para solucioná-las.

A hermenêutica jurídica já reconhece o Direito de Resistência daqueles que são abandonados pelo Poder Público, podendo estes fazer valer os seus direitos fundamentais mesmo que seja necessário recorrer a atos de força. Em Portugal, já existe preceito constitucional nesse sentido. Com o advento da Constituição Cidadã de 1988, operou-se inovação histórica no pensamento jurídico brasileiro quando quebrou os paradigmas antecedentes ao erigir os mandamentos constitucionais dos direitos individuais fundamentais antes dos preceitos da organização estatal. Não é mais a pessoa humana que serve o Estado brasileiro; doravante, é o Estado brasileiro que tem o dever de servir a pessoa humana para que tenha vida plena.

O Estado brasileiro, por meio dos organismos policiais, deve, doravante, garantir a dignidade humana e o desenvolvimento social. Rompe-se com o paradigma de que a força estatal deve ser o instrumento garantidor da “ordem” e do interesse de pequena parcela da sociedade que faz uso do Estado para perpetuar no poder.

Não podemos também comungar com a defesa de que uma legislação penal severa seja a solução para a violência. É ne-

cessário dizer não à opressão descomedida. As penas severas e a repressão somente têm servido como espiral da violência e criminalidade por incrementar o ódio, o rancor e a separação.

Sobre o Município é sempre bom lembrar os ensinamentos de Olívio Dutra, professor universitário da área do Direito, quando apresentou as seguintes ponderações sobre o pacto federativo: “Não vivemos relação fictícia do Estado como ente de Federação, mas numa realidade de Município, verdadeiro e palpável ente desta”. Devemos avançar essa discussão, ou seja, é no município que a pessoa nasce, cresce e morre. É no território do município que a pessoa alimenta seu corpo e alma.

No Brasil, o pacto federativo ainda é o mesmo advindo de Portugal Velho visto que privilegia de forma incommensurável o poder central. Nesse contexto, as arrecadações tributárias permanecem em sua grande maioria no Tesouro da Federação e dos Estados-membros, restando ao Município uma diminuta parcela para o exercício de suas hercúleas tarefas. Como já falamos, é no município que os fatos relevantes da vida social acontecem e não na burocracia estatal. A participação municipal nas questões da segurança pública se avoluma e o repasse das arrecadações tributárias continua inalterado. Urge repensar este pacto federativo e a relação de responsabilidade entre União, Estado e Município.

A violência e criminalidade são também de responsabilidade de nossa e do gestor público, pois temos o dever de romper com os paradigmas rançosos do paternalismo e do sistema econômico patrimonialista, que transformou as cidades em guetos e enclaves fortificados, fazendo do urbanismo um sistema de *apharteid*. O público fenece para o privado. Como exemplo, a vigilância eletrônica que pode ser utilizada como instrumento de apoio para a administração pública na gestão da cidade passa a ser utilizada para outras missões, a saber: vigiar e punir (nas palavras de Foucault) segregar, excluir e eliminar.

Outra fonte da violência é a falta da fala ou o uso inadequado da fala. A ausência da fala na solução das questões sociais acarreta sempre em ato de violência. O não reconhecer no outro como sendo destinatário também de direitos e deveres, mesmo que infrator, resulta no direito do inimigo – a exemplo dos campos de concentrações de Guantánamo, fomentando a violência entre Ocidente e Oriente. O mesmo ocorre na escala municipal se deixarmos de reconhecer os valores das minorias e dos vencidos da história.

O Estado Democrático de Direito, no aspecto formal e material, deve se pautar pela legitimidade da vontade soberana da maioria do que privilegiar somente o positivismo jurídico, considerando, principalmente, que as normas jurídicas em muitas vezes já se encontram ultrapassadas diante da realidade

social e, portanto, não mais representam os anseios daquela comunidade. A vontade do povo é soberana. Não há Município, Estado ou Nação sem o povo.

Hannah Arendt condenou o povo alemão pelo nazismo diante de sua omissão que se silenciou diante de tantas atrocidades. A história de Rio Claro apontou pelos Novos Tempos como a forma de se corrigir e aperfeiçoar os seus legítimos destinos. A política do Estado-mínimo foi condenada porque resulta quase sempre no favorecimento dos mais fortes – quer social, político e econômico, em desfavor dos menos favorecidos. Essas desigualdades fomentam o aumento da violência. O projeto político é resgatar a dignidade de todos os seus habitantes, independentemente de classe, cultura, opção sexual, do partido político, da etnia, dentre outras liberdades. A ousadia e a utopia ao se romper com os paradigmas rançosos da segurança pública permitirão a nós, moradores de Rio Claro, a construção de uma comunidade fraterna e com mais justiça social.

Para Dom Geraldo Majella Agnelo, primaz do Brasil, “a violência, no fundo, é reação a problemas não imediatamente percebidos. Por isso, não basta fornecer armas à segurança pública”. Avançando nessa reflexão é que a tendência moderna das instituições policiais é do caminhar para a polícia comunitária, do qual sou um dos idealizadores no Estado de São Paulo, por meio da Polícia Judiciária Comunitária.

Neste ano, comemoramos os 20 anos da promulgação da Constituição Cidadã, que representa a vontade soberana do povo brasileiro em socorrer, primeiramente, os desgraçados, como ensinou o rio-clarense Ulysses Guimarães: “Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que lamparina, na noite dos desgraçados”.

Em 27 de fevereiro de 2002, em Brasília, quando foi apresentado o SUSP – Sistema de Segurança Pública para o Brasil, o presidente Lula externou: “o país mergulhou na insegurança e no medo. Ninguém está protegido contra a violência. O problema ocupa o centro das preocupações de todos nós e atravessa a sociedade de alto a baixo. Pobres e ricos sofrem com o avanço da violência e da barbárie. Populações inteiras na periferia das grandes cidades vivem sitiadas, sob o domínio de criminosos de todos os tipos, inseguras frente às graves deficiências das corporações policiais”.

O pensador Nietzsche conclamou a imperiosa necessidade de se “atirar contra a moral” burguesa. Essa sua colocação é de fácil compreensão quando se chega à compreensão de que o luxo não passa de uma compensação para a pobreza espiritual e que, consequentemente, aniquila a ideia de soberania do sujeito. Constitui-se na questão da transvalorização dos valores que, geralmente, acarreta na violência e na criminalidade.

Sobre o papel da educação para minimizar a violência, é ainda oportuno relembrar o iluminismo de Voltaire que não é verdade que “tudo esteja perdido quando se der ao povo a oportunidade de ver que tem inteligência; pelo contrário, tudo estará perdido se o tratarmos como um rebanho de gado, pois mais cedo ou mais tarde esse rebanho nos sangrará com seus chifres”. A questão óbvia é de que um povo inteligente e culto evita que o crime seja uma transvalorização dos verdadeiros valores de uma comunidade solidária, altruísta e digna.

Não existe desenvolvimento sustentável onde impera a violência e a miséria. O Prof.º Miguel Reale lecionava que “o progresso se caracteriza não pelo desaparecimento ou a diminuição das lutas entre indivíduos e os grupos (próprios das democracias), mas pela translação cada vez maior da solução dos conflitos do plano da força bruta para o plano da força ética”.

Santo Agostinho, o filósofo da Igreja, ensinou que o povo é o conjunto de pessoas racionais movidas por um sonho.

A Administração Municipal de Rio Claro, ao estimular a união de vontades entre a comunidade Rio-clarense, os entes públicos e os trabalhadores da segurança, acredita que depositar na inteligência de todos a construção de políticas públicas legítimas por meio da 1ª. Conferência Municipal de Segurança Pública se constitui em Novos Tempos de Segurança e Paz. ♦



1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
RUMO À CONFERÊNCIA NACIONAL

Segurança com cidadania: participe dessa mudança!

Participe da 1ª Conferência Municipal de Segurança de Rio Claro. Etapa da Conferência Nacional. É a vez da sociedade rio-clarense participar, discutir e propor um novo modelo de segurança pública para nossa cidade, para nosso estado e nosso país.

Compareça, sua presença é muito importante.

22/05 - 19h30 | Abertura
23/05 - 8h às 12h e 14h às 18h
24/05 - 8h às 12h

Local: Escola Puríssimo. Rua 7, nº 881 - Centro

RIO CLARO
Secretaria de Segurança e Defesa Civil

Ministério da Justiça
SECRETARIA FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Convide da 1ª. Conferência Municipal de Segurança de Rio Claro

Aspectos do desenvolvimento urbano de Rio Claro

da lei federal do parcelamento do solo 6.799/79 até os nossos dias

MILTON JOSÉ HUSSNI MACHADO LUZ

Sociólogo, especialista em museologia, atualmente responsável pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Claro.

Há muito que desejamos realizar uma análise sociológica do desenvolvimento urbano e rural da cidade de Rio Claro, sem ter encontrado ainda tempo para isso. Temos consciência que este espaço é suficiente apenas para uma introdução ao assunto, mas é importante deixar registrado que a sociologia urbana deve participar intensamente nesse campo de análise ainda dominado por engenheiros, arquitetos e urbanistas das muitas áreas, de viés mais tecnológico do que humanista. Isto significa que, antes de se render às pressões mercadológicas da ocupação do espaço, deve-se enxergar o desenvolvimento como um todo, composto de “gente” que possui passado, presente e futuro em busca da sobrevivência e de um ambiente equilibrado. Local de convergência entre as pessoas, o meio urbano em constante expansão faz das “cidades” polos destinados a maximizar a interação social.

De passagem pela Comissão de Regularização do Parcelamento Urbano do Município entre 1997 e 2004, que tratava da regularização de loteamentos, desmembramentos e desdobros e também pelas Secretarias de Habitação e de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, durante a administração Cláudio de Mauro, ainda nesse mesmo período, pudemos perceber claramente, na prática, o embate existente entre as várias faces do desenvolvimento do município, penetrar mais na sua história e detectar os vários problemas que enfrenta o Planejamento Urbano no dia-a-dia da cidade de Rio Claro. O impacto causado ao meio ambiente pela instalação desordenada dos lo-

teamentos voltada para a lógica mercantil e especulativa é degradante de se ver, relegando para um plano bastante inferior a questão do planejamento que, na realidade, nunca existiu na cidade, apesar de possuir Plano Diretor desde 1992, com uma revisão, embora polêmica, ocorrida em 2007.

Está em pauta, neste momento, nas esferas de governo, neste início do ano de 2009, quando assumimos novamente a Secretaria do Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, a preocupação com a água do planeta e a proposta, vinda dos mais variados setores, em especial da Agência Nacional das Águas e dos Comitês de Bacias, bem como da legislação que vem se impondo, de fazer das Bacias Hidrográficas as verdadeiras **unidades de planejamento**. Esse assunto há muito é tratado nas universidades do país, embora, na prática, essa tendência que ganha força encontre enormes barreiras para sua aceitação. Como exemplo dessa tendência, registramos a manifestação nesse sentido, em breve pronunciamento do Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Sr. Francisco Graziano, em recente encontro realizado no dia 07 de abril deste ano, na sede da ASPACER – Associação Paulista dos Ceramistas, com a presença dos prefeitos da região. Portanto, é notório que o Estado, agora, também vem assumindo esse discurso, o que reforça essa tendência, principalmente para atuação em nossas cidades. Infelizmente, ainda está longe de ser uma realidade assimilada por setores dos governos municipais, empresários das indústrias, do comércio e do setor imobiliário e mesmo pela população.



Bairro Bonsucesso

Por outro lado, muitos ainda não se conscientizaram da enorme contribuição trazida pela Constituição de 1988, “A Constituição Cidadã” como expressou o nosso conterrâneo Ulysses Guimarães, especialmente, para as questões urbanísticas e do meio ambiente. Não se conscientizaram dos seus direitos.

Nas questões urbanísticas, por exemplo, a “carta magna”, abriu um grande campo para a elaboração do Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10/07/2001 que regulamenta os artigos 182 e 183 desta, estabelecendo no parágrafo único do artigo 1º. – “normas de ordem pública e interesse social que regulam **o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental**”. Ou mesmo do que diz o caput do Art. 2º. – “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das **funções sociais da cidade e da propriedade urbana**, mediante as seguintes diretrizes” citando nos dezesseis incisos deste artigo as novidades que nunca antes haviam sido colocadas em lei como direitos do cidadão.

Nas questões ambientais, por exemplo, assim se expressa o artigo 225: “**Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida**, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações

Fica claro, pois que, tanto nas questões urbanísticas quanto nas questões ambientais, a orientação do desenvolvimento se

modificou. Não se trata mais de discutir um desejo, mas, sim, de evidenciar o que agora é um direito do cidadão, expresso no texto constitucional.

Como administrar então, na prática, os conflitos decorrentes dos vários interesses em face dos textos legais ora propostos e o ambiente urbano que se encontra em constante expansão? Essa é a questão central que hoje se impõe aos administradores e a toda a sociedade, envoltos na elaboração das políticas públicas principalmente quando se depara com a imposição do aspecto desenvolvimentista e as necessidades de geração de emprego e renda da população.

DA LEI FEDERAL DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO AOS NOSSOS DIAS

A proposta do Arquivo Público Municipal de produzir um levantamento dos seus últimos 30 anos coincide com o período de existência da Lei Federal de Parcelamento do Solo 6766, que também está comemorando seus 30 anos. Foi publicada em 19/12/1979, possuiu apenas uma alteração e encontra-se em revisão no Congresso Nacional. Essa lei, muito sábia para a época, estipulou uma série de normas suficientes para o gestor municipal se orientar perfeitamente quanto a sua aplicação. Dois conjuntos de regras se destacam nessa legislação: os requisitos urbanísticos que incluem as questões ambientais; e os requisitos para o registro junto aos cartórios de imóveis dos novos



Bairro Nova Rio Claro

loteamentos e desmembramentos, o que envolve a contratação com o adquirente dos futuros lotes, perfeitamente abrigados pela Lei do Consumidor, tornando legal o empreendimento.

Muitas prefeituras, no entanto, não atentaram adequadamente às novidades, legislando precariamente com as leis municipais. No caso de Rio Claro, embora muitas vezes citada nas diretrizes, as exigências quanto às melhorias urbanas foram negligenciadas. Em Rio Claro, a Lei Municipal nº. 1.804 de 21/12/1982, que tratou do parcelamento do solo, não incorporou adequadamente os benefícios trazidos pela nova lei e pelas leis complementares, algumas já existentes. Exigia-se para os novos loteamentos apenas a abertura das ruas, e a instalação de rede de água e rede elétrica. Eram exigidos apenas dois melhoramentos, como se dizia. Lembre-se, ainda, que instalação da rede elétrica não significa instalação da iluminação pública, que era cobrada como contribuição de melhoria. Muitos bairros permaneciam no escuro quanto à iluminação das ruas. A falta de exigências mais adequadas e a falta de controle quanto à abertura de novos loteamentos se junta na década de 1970 e 1980 aos problemas já trazidos pelo progresso do período anterior, deixando para a Prefeitura um grande ônus na instalação da infraestrutura urbana. Drenagem, guias e sarjetas, asfalto, iluminação, interligação das redes de água e tratamento de esgoto nunca foram exigidos dos loteadores.

Um grande avanço na questão legislativa municipal ocorreu no início dos anos 1990, no governo do promotor Azil

Brochini, quando foi elaborado o Plano Diretor do Município de Rio Claro, aprovado em 1992, quando a cidade pôde contar já com a existência de três vereadores do Partido dos Trabalhadores que trabalharam intensamente na elaboração desse texto legal, à luz da Constituição de 1988. Em função desse documento surgem as leis do Parcelamento do Solo e do Zoneamento. Mesmo assim, ações negligentes do próprio poder público criaram situações de grande dificuldade como veremos mais adiante com a instalação do projeto "Pé-no-Chão". Essa tendência somente se reverteu em 1997, quando as leis realmente começaram a ser cumpridas e as exigências legais quanto às áreas verdes e institucionais bem como a sua localização passaram a ser respeitadas.

Para que esta, no entanto, não seja uma fala isolada, vejamos como se expressou o aluno Érico Luciano Pagotto, ao estudar a implantação de alguns loteamentos na década de 1980, em seu trabalho de formatura apresentado ao Instituto de Biociências da UNESP, Campus de Rio Claro, como parte dos requisitos para Graduação em Ecologia, sob a orientação da Profª. Celina Foresti, já no final de 1993.

"Como foi constatado em muitos locais, a própria população moradora tem sido em parte responsável por algumas situações de degradação observadas, seja de forma ativa, lançando seus resíduos em locais inadequados, seja de forma passiva, silenciando diante de episódios de arbitrariedade da administração



Bairro Novo Jardim Wenzel

pública. Ahamos que o principal desafio do planejamento preocupado com questões referentes à qualidade de vida urbana seja o de educar e despertar consciência e participação numa população que culturalmente já não se caracteriza por um constante envolvimento político nas questões de interesse coletivo e talvez decepcionada com a crise moral do poder público, vai se tornando cada vez mais apática e desmotivada. A Universidade também tem aí deixado uma grande lacuna, estimulando a produção de escritos científicos à espera de leitores em vez de promover grupos de articulação política, apartidária, ou de discussões em bairros carentes."

Essa percepção vem ao encontro de tudo aquilo que se está tentando expor. Infelizmente, essa tendência apontada, perdurou por mais alguns anos, até 1997, quando uma nova orientação se instalou no Poder Municipal que passou a barrar a atuação predadora dos loteamentos, embora o planejamento urbano tivesse uma atuação apenas incipiente.

PEQUENO HISTÓRICO

A cidade já havia passado por momentos intensos de desenvolvimento cujos fatores não cabem aqui analisar, mesmo porque faltam pesquisas nesse sentido. Contudo, a título de ilustração, sem querer recuar muito no tempo, podemos destacar alguns períodos do desenvolvimento da cidade, que permi-

tem visualizar o surgimento dos bairros. Segundo Troppmair, professor da UNESP de Rio Claro (Aspectos Geográficos. In: Rio Claro Sesquicentenária. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga", 1978), num período que podemos chamar de pré-industrial nas décadas de 1920 a 1940, período entre as guerras mundiais, ocorreu um início de preocupação com o crescimento industrial. Segundo dados do autor, de 1901 a 1945, houve um aumento de 244 quarteirões com um índice constante de crescimento de 5,5 quarteirões/ano. Para ilustrar, são desse período os bairros São Benedito, Santa Cruz, Cidade Nova e as Vilas Alemã, Cristina e Paulista.

"No período de 1946 a 1953, a cidade experimenta novo impulso, pois 296 novos quarteirões são incorporados ao espaço urbano, e o índice de crescimento passa para 42,2 quarteirões/ano contra 5,5 do período anterior. Surgem os bairros Vila Inadiá (1946), Cidade Jardim e Copacabana, Município, Quitandinha, Nova Rio Claro. Simultaneamente, a cidade continua a se industrializar, e a mão-de-obra empregada nesta atividade passa de 19% para 28,4% em 1950, enquanto a população ativa na agricultura sofre no mesmo período uma redução de 48,9% para 25%".

A década posterior, 1954 a 1964, destaca-se por uma redução no ritmo de crescimento, cujo índice se reduz para 22,7 quarteirões/ano. Mesmo assim surgem 227 quarteirões

novos formando os bairros da Bela Vista (1957), Santo Antônio (1952), do Estádio e os Jardins São Paulo, Bela Vista (ou Wenzel), Operário, Primavera (1956), Hipódromo (1964/68), do Ipê (1957).

É preciso destacar que a unidade jurídica que dá existência legal às ocupações do espaço urbano são os loteamentos, devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis. Um bairro, por exemplo, pode ter vários loteamentos. É sobre os loteamentos que se devem estabelecer as exigências quanto à urbanização. Se essas exigências não forem realizadas, caberá ao município prover as necessidades dos loteamentos. Isto é, restará para o município o ônus desses empreendimentos, ficando com os loteadores apenas o lucro pela transação. Levar as redes de água e esgoto até os loteamentos mais distantes é uma tarefa que até hoje, ano de 2009, o município não conseguiu cumprir completamente.

Em 1965, inicia-se uma nova fase de desenvolvimento da cidade. A população urbana de 49.484 habitantes em 1960 passa para 69.745 em 1970. Segundo dados do Prof. Troppmair, a mão-de-obra empregada na indústria sofre um acréscimo de 164% entre 1950 a 1970, enquanto o comércio acusa no mesmo período o aumento de 224%. Somente entre 1960 e 1970, verifica-se um aumento populacional de 28%. O êxodo rural também contribui para esse crescimento. Em 1976, apenas 11% da população do município permaneciam no meio rural, contra 64% em 1920.

O crescimento populacional é acompanhado pela expansão urbana, que a partir desse período passa a apresentar o índice mais alto da história de Rio Claro até então, com 51 quarteirões/ano, "pois nesses 11 anos (1965 a 1976), 564 quarteirões novos passaram a fazer parte do espaço urbano, crescendo a cidade, principalmente na direção norte e oeste" (2).

Surgem os loteamentos: Vila São Miguel, Jardim Olímpico (1965), Cidade Claret (1965), Parque Universitário, Recanto Paraíso, Alto de Santana, Karan (1967), Cervezão (1977), Parque das Indústrias (1972), Jardim Anhanguera.

Embora esses bairros seguissem relativamente o esquadrinhamento da cidade, a ganância pela ocupação das áreas com lotes fazia com que se utilizassem os índices mínimos de implantação, que demonstra uma série de problemas que vão surgir com relação ao arruamento, deixando um trânsito complicado e perigoso. Nenhuma grande avenida se destaca como organizadora do trânsito na cidade até hoje. Por sua vez, áreas de lazer e institucionais eram colocadas nos piores locais dos loteamentos. Muitas delas eram jogadas nos cantos e nas sobras de terras, sendo voçorocas e áreas com muito declive.

Com a edição da Lei Federal 6.766/79 poderíamos pensar que essa tendência fosse ser superada. Pelo contrário, a ganância por novas áreas, sem qualquer planejamento, continuou a prevalecer com ocupações, agora mais distantes ainda do núcleo central, seguindo o mesmo padrão de ocupação. Todos aqueles loteamentos que estavam próximos dos rios e córregos, em regra não respeitaram as distâncias corretas previstas no Código Florestal de 15/09/1965.

Em relação às grandes avenidas de escoamento, o século XX para Rio Claro pautou-se apenas pela cobertura dos leitos dos rios que cortam o centro urbano. A cidade encontra-se completamente estrangulada no seu sistema viário caso não haja a construção, no antigo leito da ferrovia, de uma avenida que dê vida à cidade, permitindo maior facilidade de deslocamento.

A Rua 14, como exemplo, que cruza parte da cidade e teria a vocação para esse entrelaçamento no lado oeste da cidade, é hoje uma via acanhada e cheia de problemas. Muitos têm que utilizar a Rodovia Washington Luiz para cruzar a cidade no sentido norte/sul.

No início dos anos 1980, logo após a edição da Lei Federal 6.766/79, coincidentemente, um grande número de loteamentos foi aprovado, baseado apenas em critérios especulativos e sem nenhum critério urbanístico. Alguns deles até hoje, quase 30 anos depois, ainda se encontram em situação precária,

**É PRECISO DESTACAR
QUE A UNIDADE JURÍDICA
QUE DÁ EXISTÊNCIA
LEGAL ÀS OCUPAÇÕES DO
ESPAÇO URBANO SÃO OS
LOTEAMENTOS, DEVIDAMENTE
REGISTRADOS NO CARTÓRIO
DE REGISTRO DE IMÓVEIS.**



Entrada para os Bairros Jardim Novo I e Jardim Novo 2

sem infraestrutura básica, sem a interligação das redes de água que são provisórias para abastecer a região, sem guias e sarjetas, sem asfalto, e até mesmo sem a devida regularização, o que implica em crime contra a administração pública como prevê a lei federal 6.766/79. É o caso dos loteamentos Jardim Novo I (1980) e Novo II (1981), na região sul, que existiam desde 1980 e foram regularizados apenas em 1999, quando as redes de água e esgoto e o arruamento foram concluídos, tendo que se ater, ainda, às diretrizes fornecidas pela Prefeitura em 1979. A rede de água que abastece essa região, no entanto, ainda é formada por redes provisórias, segundo informações do DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro.

São desse período: Jardim Azul (1980), Jardim Ipanema (expansão – 1980), Jardim Santa Maria (1980), Jardim Residencial Santa Elisa (CDHU – 1980), Jardim Panorama (complementação – 1980), Jardim das Palmeiras (1980), Jardim Residencial Copacabana (1980), Residencial Vila Rica (1980), Alan Gray (1980), Jardim São João (1981), Jardim Esmeralda (1981), Jardim Nova Veneza (1981), Parque Mãe Preta (1982) e Jardim Floridiana (1981). É o caso, ainda, do Jardim Santa Elisa, cuja regularização se tornou realidade apenas depois do ano 2000, depois de 20 anos. O Jardim Bonsucesso (1982) e o Novo Jardim Wenzel (1981), setor oeste, só começaram a se desenvolver no final da década de 1990, quando alguma coisa em termos de infraestrutura foi realizada pelo governo muni-

cipal. O Jardim Bonsucesso passou as décadas de 1980 e 1990 sem a devida regularização do descaucionamento dos lotes, uma vez que parte de suas quadras encontra-se em área de proteção ambiental e não são encontrados os seus proprietários para se responsabilizarem pela área. Até hoje essa questão não foi resolvida. A ligação asfáltica com esses bairros só veio acontecer após o ano 2000. Dá para imaginar a situação dessas ocupações há 30 anos?

O conjunto habitacional da CDHU denominado Jardim Guanabara (1982), setor sudoeste, até hoje não se encontra regularizado. Compõe-se de cerca de 471 edificações que ficaram por muitos anos sendo servidas apenas com rede de água, rede de esgoto e arruamento. Daí a questão das invasões e o abandono do bairro. O Parque São Jorge (1981), que desde 1969 estava sendo implantado, no setor noroeste, somente teve sua regularização concluída em 1998, após 29 anos de sua existência. Até hoje possui áreas verdes invadidas.

A década de 1990 foi marcada por uma situação inusitada, mais grave ainda do que o desrespeito de certos períodos, por ter sido causada pelo próprio município. Foi a implantação ilegal de pelo menos quatro grandes loteamentos, sem nenhuma documentação, dentro de um programa municipal denominado Projeto Pé-no-Chão. São eles: o Conjunto Habitacional São Miguel, hoje denominado "Oreste Armando Giovannini"; o Jardim Araucária; o Jardim Brasília e o Jardim Vila Verde.

Diz a Lei Federal 6.766/79:

Art. 50 – Constitui crime contra a Administração Pública:

I – dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios;

II – dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo de licença;

III – fazer, ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único. O crime definido neste artigo é qualificado, se cometido:

- por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote em loteamento ou desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente.

Irregularidades?

Ações tomadas ao arrepio da lei foram constantes. A falta de ação da Prefeitura em punir os responsáveis retardou a regularização de certas áreas, muitas vezes, por mais de 20 anos. O que dizer quando é o próprio município que comete essas irregularidades?

COMENTÁRIO FINAL

Muito se poderia dizer sobre o aumento da população que hoje se aproxima dos 190.000 habitantes e a sua colocação dentro do espaço urbano na história passada e na mais recente. No entanto, o espaço é exíguo e serviu apenas para introduzir o assunto, como se disse no início. Esperamos ter dado algumas pistas para futuras pesquisas que são poucas nessa direção no momento.

Não foram citados acima todos os loteamentos e condomínios existentes na malha urbana. Foram feitas apenas algumas localizações no tempo e no espaço. A Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente procurará deixar atualizados esses dados para as pesquisas que, esperamos, virão, bem como para atendimento do público que necessita constantemente dos dados para resolução de seus problemas de propriedade.

A estrutura sócio-espacial da cidade foi aqui observada apenas sob o aspecto da distribuição populacional pelo território no sentido de chamar a atenção para problemas que existem. Os distintos grupos sociais vivem e convivem na cidade com oportunidades desiguais de apropriação desse espaço e de seus benefícios.

Encontrar a sua representação territorial permite, pois, identificar o grau de segregação social presente nesse ordenamento urbano. No conjunto, a estrutura social se tornou mais complexa, com maior diferenciação do espaço social. Nos lugares onde houve elitização, as classes médias, em geral, aumentaram sua participação espraiando-se pelos espaços centrais e no entorno desse centro.

Os segmentos populares, de um modo geral, vão sendo empurrados para as periferias mais distantes.

Os espaços culturais da cidade e a sua história foram sendo eliminados gradativamente sem que houvesse uma reação sequer da população ou das administrações públicas. O símbolo maior dessa ação predadora no nível local foi a derrubada do Teatro Fênix no ano de 1957 e a nível geral a destruição da ferrovia que atingiu duramente a cidade de Rio Claro na segunda metade do século XX.

O aperfeiçoamento da legislação atual, principalmente voltada para as questões do meio ambiente, em que a falta de água começa a se tornar um problema grave, tem impedido, juntamente com a atuação profícua do Ministério Público, os exageros cometidos no passado. Contudo, especuladores de plantão vão encontrando suas brechas para implantação dos seus negócios, embora legais, nem sempre éticos no que tange ao planejamento urbano.

A novidade é o crescimento populacional ao sul da cidade, em especial do lado elitizado da malha urbana, manifesto, preponderantemente, pela ocupação de “condomínios” e, mais recentemente pela tentativa de legalização dos loteamentos fechados, para onde tem se dirigido parte das elites dirigentes e intelectuais da cidade. Esse é um capítulo que ensejará muitos estudos por parte de urbanistas das mais variadas áreas, problemas desse início do século XXI, onde a luta de classes começa a projetar um confronto de maiores proporções para o futuro. ♦

Participação de Rio Claro na redemocratização do Brasil

RUY FINA

Advogado. Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Ulysses Guimarães, Rio Claro, SP.



Comício no Jardim Público pelas Diretas, Urgente, Ulysses Presidente, 18 de Janeiro de 1984

Fonte: Acervo da família de Pires de Oliveira

Nascido no dia 06 de outubro de 1916, em Itaqueri da Serra, então Distrito de Itirapina, município e comarca de Rio Claro-SP, filho do coletor federal Ataliba Guimarães e da professora primária Amélia Correa Fontes – **ULYSSES SILVEIRA GUIMARÃES** foi primeiramente **deputado estadual**, a partir de 1947, na **Assembleia Constituinte** de São Paulo, e, a partir de 1950, **deputado federal**, por onze vezes seguidas, **personificando**, assim, a **participação de Rio Claro**, na política brasileira – e exatamente como a máxima figura parlamentar do Congresso Nacional, no século XX, notadamente durante a **Ditadura Militar**, de 1964 a 1985, quando foi consagrado, pela voz do povo, no memorável “Comício da Praça da Sé”, em 25 de janeiro de 1984, como o “**Dr. Diretas-Já**”, em reconhecimento público à sua luta permanente, pela **Liberdade** e pela **re-Democratização** do Brasil. Desde o seu ingresso, em 1936, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital de São Paulo, já se envolvia na **política acadêmica** das Arcadas, tornando-se o orador oficial do “XI de Agosto”, em 1938. No ano seguinte, 1939, foi eleito **vice-presidente da UNE** – União Nacional dos Estudantes. Colando grau, em 1940, abriu sua banca de advocacia tributarista, em associação com seu colega de Turma, Antônio Silvio Cunha Bueno. Entretanto, a sua vocação política o chamava, novamente, em 1945, para ser **um dos cofundadores do Partido Social Democrático**, pelo qual se elegeu, em 1947, **deputado estadual à Assembleia Constituinte Paulista**.

Daí em diante, desde 1950, por onze vezes sucessivas (1950 a 1992) elegeram-se deputado federal, tornando-se um dos principais protagonistas do Legislativo e da História Política do Brasil! A trajetória do rio-clarense ULYSSES deixou marcas registradas, na história política do nosso país – principalmente as marcas de sua coragem e do seu talento, do seu desapego a interesses pessoais, de sua honradez e dignidade, da sua inteligência e disposição física, do seu ideal de liberdade e democracia, de fé no Brasil, de fraternidade cristã, de solidariedade humana e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em dezembro de 1964 – bem próximo ainda do golpe militar de 31 de março, o rio-clarense ULYSSES e o senador acreano OSCAR PASSOS, militar dissidente, fundavam e assumiam, em Brasília, respectivamente, a vice-presidência e a presidência do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como polarização à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), “organização com funções de partido político”, inicialmente “consentida” pelo Regime Autoritário, mais para simular, no plano internacional, um aparente sistema bipartidário “democrático” interno. A começar dessa célula meramente “consentida”, o MDB, passo a passo, criou episódios épicos de confrontos abertos à Ditadura, e o rio-clarense ULYSSES chegou a enfrentar, já em 1964, pedido de cassação de seu mandato, formulado pelo almirante PAULO BOSÍSIO, presidente da seção paulista da CGI – Comissão Geral de Investigações, cujo processo, todavia, terminou arquivado, por inconsistência das imputações articuladas. Em 1968, renunciou discurso vigoroso, na Câmara Federal, contra o pedido dos Ministros Militares de licença do Legislativo, para processarem o deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES. A denegação dessa licença, somada a outros fatos de contestação ao Regime, culminou com a edição do AI-5, ato institucional da Ditadura, que permitiu a cassação dos mandatários eleitos pelo Povo, exílios, prisões sumárias, sem culpa formada – sem a possibilidade de o Poder Judiciário apreciar “habeas-corpus” na área política, além de invasões de Faculdades e Escolas, do fechamento de Centros Acadêmicos, Diretórios Estudantis e Sedes de Sindicatos, do arrolamento ou da censura prévia da Imprensa, inclusive de rádios e televisões, e de outros atos de força, atentatórios da dignidade humana, dos princípios cristãos, morais e éticos – contra a índole generosa e boa dos brasileiros, de todos os rincões da pátria! Nessa fase, com a renúncia de OSCAR PASSOS, em 1971, o rio-clarense ULYSSES assumiu a presidência do MDB, confirmado pelo seu Diretório Nacional, para se colocar nas linhas de frente do combate ao Sistema Autoritário, ora acompanhado pessoalmente de lideranças respeitadas, como DOM FREI PAULO CARDEAL EVARISTO ARNS, em visitas a presos políticos, nas masmorras do Estado Policiallesco, ora em companhia do grande BARBOSA LIMA SOBRINHO, como “anticandidato” da “antieleição”, em 1973, percorrendo, ambos, todo o Brasil, anunciando a escolha, já predefinida pelo Colégio Eleitoral, do General ERNESTO GEISEL, como o novo presidente da República, do Regime Militar; ora, em maio de 1978, “rompendo o cerco” da Polícia Militar, postada na Praça do Campo Grande, em Salvador, na Bahia, juntamente com TANCREDO NEVES, FREITAS NOBRE, ROBERTO SATURNINO e outros companheiros, reuniu-se para o comício de lançamento de candidaturas do MDB ao Senado. Segundo o relato do acatado jornalista SEBASTIÃO NERY, nesse dia, o rio-clarense ULYSSES afastou, com suas próprias mãos, os fuzis dos soldados – de baionetas caladas – e, após se livrar de três enormes cães de guia, que bloqueavam o seu caminho, bradou ao Oficial comandante e à tropa policial à sua frente: “Respeitem o presidente da Oposição. Soldados da minha Pátria, baioneta não é voto e cachorro não é urna”.

Nessa “campanha da antieleição”, o rio-clarense ULYSSES e sua comitiva iam semeando as pequenas células do MDB, em todo o território nacional, “onde houvesse uma capela, um campo de futebol e uma Casa Pernambucana”, de tal modo que, já em 1974, o MDB elegeu a maioria dos



Comício no Jardim Público pelas Diretas, Urgente, Ulysses Presidente, 18 de Janeiro de 1984

Fonte: Acervo da família de Pires de Oliveira

senadores, em quinze Estados, “abalando irreversivelmente o regime militar”. E então aquela “organização com funções de partido político”, aquele MDB formal, meramente “consentido”, fundado pelo rio-clarense ULYSSES, agora já agregava grandes parcelas da Igreja Católica, da OAB, da ABI, dos Estudantes, dos Sindicatos de Trabalhadores, somando, enfim, diversos grupos organizados da Sociedade Brasileira, convertendo-se em um partido real, de oposição concreta!

Em 31 de dezembro de 1978, as crescentes pressões da sociedade e da oposição do MDB – do rio-clarense ULYSSES – finalmente conseguiram a revogação do AI-5, exatamente após dez anos de sua terrífica vigência.

Tal revogação possibilitou, em seguida, a “Campanha da Anistia”, concretizada por lei, em 1979, permitindo que retornassem ao Brasil diversas lideranças políticas exiladas, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Almino Afonso, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Carlos Lacerda, dentre outros, além de viabilizar, ainda em 1979, o término do bipartidarismo do Regime Autoritário, com a extinção da ARENA e do próprio MDB – que havia crescido demais, fortalecendo-se como oposição real e concreta.

Em 1980, o país retorna ao pluripartidarismo e o rio-clarense ULYSSES – como presidente do extinto MDB, é incumbido de reestruturar o Partido. Nesse momento, com o apoio de TANCREDO NEVES, conseguiu preservar a sua velha legenda – “MDB”, apondo-lhe apenas a letra P, no seu início, conforme exigia a legislação vigente, ficando a sua sigla definitiva “PMDB”. Ulysses justificou essa sua postura, mantendo a legenda “MDB”, com o argumento de que a velha sigla “MDB” deveria ser mantida, na nova denominação “PMDB”, “para que o Partido não perdesse a sua história”.

Contrariando as regras do Regime Militar, que proibiam as coligações partidárias, nesse mesmo ano de 1980, o rio-clarense ULYSSES articulou a fusão (coligação) eleitoral do PMDB e PT, que proporcionou maior e mais extensa representatividade do povo, na gestão democrática da política brasileira.

O próximo passo, em abril de 1983, do agora **PMDB do rio-clarense ULYSSES**, foi o início do movimento nacional, pelas **eleições diretas, para presidente da República**, que acabou ganhando a adesão do povo brasileiro e se tornou a maior mobilização política de nossa história! Na **capital** de São Paulo, na Praça Charles Miller – de frente ao estádio Paulo Machado de Carvalho, no Pacaembu –, o **PMDB** do bairro de Perdizes, em parceria com um grupo do **PT** paulistano, realizou um primeiro Comício “Pró-Diretas”, de repercussões modestas.

Mas o **primeiro comício** das “DIRETAS”, realizado no **interior** do Brasil, aconteceu em RIO CLARO, no dia **18 de janeiro de 1984**, por vontade do próprio ULYSSES – na sua “terra natal”, **sete (7) dias antes** do memorável Comício da Praça da Sé, na frente da Catedral, ocorrido em **25 de janeiro de 1984** – dia comemorativo da fundação da cidade de São Paulo. Os seus anfitriões rio-clarense foram o então **prefeito peemedebista**, o engenheiro **JOSÉ LINCOLN DE MAGALHÃES** e o **presidente do PMDB local**, o médico **JOSÉ MARCOS PIRES DE OLIVEIRA**. Em palanque improvisado, montado na Rua 3, esquina da Avenida 1, ali estavam ULYSSES e sua esposa, Dona MORA, e figuras de projeção nacional, como João Pacheco Chaves, Almir Pazzianotto Pinto, João Herrmann Neto, Francisco Coelho e Chubachi, presidente do PMDB de São Paulo. De Rio Claro, o prefeito José Lincoln de Magalhães, o presidente do PMDB local, Dr. José Marcos Pires de Oliveira, o jovem peemedebista Palmínio “Dú” Altimari Filho (atual prefeito de Rio Claro-SP), Lázaro Dimas Graef, Januário Sylvio Pezzotti, Sérgio Antonello e Ruy Fina, que abriu, com sua fala, esse histórico ato público das “Diretas”, em Rio Claro¹.

No célebre Comício das Diretas-Já, na **Praça da Sé**, em São Paulo, no dia **25 de janeiro de 1984** –, patrocinado pelo governador Franco Montoro, junto às maiores expressões da política nacional e do Estado, o **rio-clarense ULYSSES** foi espontaneamente reconhecido e **aclamado, pela viva-voz do povo** (repetida, ao microfone, pelo locutor Osmar Santos), como o “**Sr. Diretas**”, como a liderança nacional dessa campanha – circunstância que, mais uma vez, referencia a **participação de Rio Claro no longo processo de redemocratização do Brasil**. A campanha das “Diretas-Já” culminou, em São Paulo, com o **Comício do Vale do Anhangabaú**, em **16 de março de 1984**, concentrando cerca de um milhão de pessoas!

Entretanto, em abril desse mesmo ano de 1984 – apesar dessa maior **mobilização de massas da história política nacional** – a Emenda Dante de Oliveira **não atingindo o “quorum”** exigido para as reformas constitucionais, não podendo ser aprovada, persistindo, ainda, a eleição do Presidente da República, pelo Colégio Eleitoral – instituído pelo golpe de 1964 – composto de deputados federais, senadores e representantes das Assembleias Legislativas Estaduais, dominada pela ARENA, braço político do Governo Militar.

Diante desse quadro, o **rio-clarense ULYSSES** convocou e presidiu a Convenção Nacional do PMDB, que homologou as candidaturas de TANCREDO NEVES à Presidência da República (e de **JOSÉ DE RIBAMAR SARNEY**, como seu vice), para disputarem essa eleição, dentro do Colégio Eleitoral, contra **PAULO MALUF**, do PDS, antiga ARENA. Mesmo dentro do Colégio Eleitoral, TANCREDO vence MALUF, com 480 votos, contra 180, e 26 abstenções. Em verdade, é o **PMDB do rio-clarense ULYSSES** que chegava ao centro do poder político do Brasil – repita-se, mesmo dentro do Colégio Eleitoral, instituído pelo Regime Militar.

Nesse momento, todavia, TANCREDO NEVES, à véspera de sua investidura (14/3/85), adocece gravemente, passando por diversas cirurgias, ficando impedido de tomar posse, como Primeiro Magistrado da Nação, vindo depois a óbito, em 21 de abril.

1] Como lembra Eric Hobsbawm, quando o narrador da história, ao mesmo tempo, também é seu protagonista, torna-se inevitável que se refira a si próprio. Essa a razão de me autorreferir, como abridor do Comício das Diretas, em Rio Claro, no dia 18 de janeiro de 1984.

Diante desse impedimento de TANCREDO NEVES, o ainda presidente **JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO**, com as concordâncias do chefe de sua Casa Civil, **GOLBERY DO COUTO E SILVA**, e de seu super-assessor **LEITÃO DE ABREU**, **não pretendia passar a Presidência da República** a **JOSÉ SARNEY**, vice de TANCREDO, todos preferindo a assunção da Presidência da República pelo **rio-clarense ULYSSES GUIMARÃES**. Chamado à Granja do Torto, em Brasília – onde se reuniam FIGUEIREDO, GOLBERY e LEITÃO DE ABREU – sendo-lhe feita essa proposta, o **rio-clarense ULYSSES a recusou!** Preferiu que a Presidência da República fosse passada diretamente a **JOSÉ SARNEY, eleito vice, indiretamente, pelo próprio Colégio Eleitoral do Regime Militar** e nos termos da **Constituição de 1967** e da sua **Emenda Constitucional nº. 1, de 1969**, também editada pelo próprio **Regime Militar**, pois se aceitasse essa proposta, instigante e tentadora, ele, o **rio-clarense ULYSSES**, o “**Senhor Diretas**”, estaria contrastando a sua própria pregação democrática, das “Diretas-Já”! Ai, o seu desapego a interesses pessoais, o seu sentido de fidelidade partidária, a integridade de seu caráter, a sua ética e lealdade ficaram mais evidentes e dignos de registro, na história de nosso país, como exemplo de grandeza política!

Em 1987, o **rio-clarense ULYSSES** é eleito para as **Presidências da Câmara dos Deputados Federais** e da **Assembleia Nacional Constituinte** que outorgou ao país a nossa atual Constituição Federal, de 05/10/88 – por ele denominada de “Constituição Cidadã”.

O primeiro “**impeachment**”, realmente aplicado nos sistemas presidencialistas, foi o do Presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, liderado pelo **rio-clarense ULYSSES**, com apoio de Eduardo Suplicy, do PT, no Senado. Vale anotar que o instituto do “impeachment”, embora inscrito logo no artigo 1º, da Constituição Americana de 1787 – até hoje em vigor, na verdade **nunca foi aplicado integralmente**, nos próprios Estados Unidos da América do Norte, pois os seus dois presidentes, **ANDREW JACKSON** (reeleito) e **RICHARD NIXON renunciaram aos seus mandatos**, abortando os seus processos, que paralisaram no Senado, por perda de seus objetos. No Brasil, apesar de o Presidente Fernando Collor de Melo também **renunciar ao seu mandato**, durante a fase da Câmara – mesmo assim o seu processo continuou no Senado, e o seu “**impeachment**” foi **integralmente aplicado**, com suspensão temporária de seus direitos políticos. Vale dizer, em resumo, que o Brasil, historicamente, foi mais eficiente no trato do “impeachment” do que os próprios americanos, dado ao empenho do **rio-clarense ULYSSES GUIMARÃES**, com os respaldos do Congresso Nacional!

Ulysses também foi Ministro da Indústria e Comércio, de 1961 a 1962, durante o “**parlamentarismo de transição**”, de TANCREDO NEVES, adotado a partir de 25 de agosto de 1961 – data da renúncia do Presidente JÂNIO DA SILVA QUADROS; nesse mesmo período, foi presidente do Parlamento Latino-Americano, participando de 11 Missões Internacionais, do Governo Brasileiro e do próprio Parlamento. Substituiu, por 19 vezes, o então Presidente da República, **JOSÉ SARNEY** e, durante a sua primeira investidura, como **Presidente do Brasil**, fez questão de convidar uma Comitativa de Rio Claro, encabeçada pelo então Prefeito José Lincoln de Magalhães, para assistir à sua posse.

Todos esses episódios, protagonizados por ULYSSES – máxima figura parlamentar do Congresso Nacional, no século XX – representam, em verdade, a **presença personificada de Rio Claro**, no cenário político nacional.

Assim, na pessoa de ULYSSES GUIMARÃES, Rio Claro, sua Terra Natal, sempre participou da história política do Brasil, principalmente na memorável campanha das “Diretas-Já”, pela restauração da liberdade e da democracia em nossa pátria! ♦

60 anos da Diretoria Regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo em Rio Claro

JOÃO LUIZ ZAINE

Publicitário, atualmente Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Rio Claro.

No início do segundo semestre de 1949, uma antiga reivindicação do interior paulista começou a ser atendida. Nascia o processo de criação das Delegacias do CIESP.

Os dois motivos principais e determinantes que levaram a Diretoria do CIESP a providenciar essa medida prevista nos estatutos da Entidade foram: aumentar o quadro social e fortalecer a representação patronal da indústria do nosso Estado.

Para melhorar a integração e saber a opinião dos industriais do interior paulista, caravanas de São Paulo, compostas de diretores e assessores, promoveram reuniões regionais catalogando problemas e sugestões para serem apresentadas em uma conferência em Araxá (MG).

Nessa bela oportunidade, foram criadas as primeiras Delegacias do CIESP, pois a indústria do Interior, em geral, estava afastada da sua entidade representativa, não por renegá-la, mas por desconhece-la.

Para supervisionar essas Delegacias, foi então criado o Departamento do Interior, que iniciou suas atividades em 1º de setembro de 1949. Cumpre notar, porém, que o Sr. C. Salazar elaborou, na época, um plano para o Departamento do Interior, que não pôde ser executado na sua totalidade, pois o mesmo exigia uma complexa organização. Em vista disso, o assunto foi estudado mais profundamente de onde foram apresentadas outras sugestões e alterações: representação da indústria do interior; atividades possíveis de se promover; intercâmbio como fonte de relações; ação político-social; contato com a lavoura; contato com os outros departamentos locais; Divisão do Estado em Zonas; secretários para as Delegacias; Departamento do Interior e seu pessoal.

As primeiras providências foram no sentido de se dar prosseguimento ao que havia sido iniciado nas prévias de Araxá e, ao mesmo tempo, preparar elementos para ações futuras.



Encubadora de Empresas

Seguindo uma ordem lógica e necessária, entrou-se em contato com os delegados e inspetores do SESI e com o inspetor regional do SENAI de Bauru, os quais tinham sido encarregados de fazer o levantamento cadastral das indústrias do interior. Posteriormente, foi providenciado o funcionamento das delegacias constituídas nas prévias de Araxá, solicitando, de acordo com os Estatutos da Diretoria do CIESP, a homologação dos nomes indicados para constituírem as Delegacias de Americana, Botucatu, Jundiaí, Rio Claro e São Carlos. A homologação foi comunicada a cada um dos delegados. Este ato da diretoria do CIESP agradou plenamente aos industriais dessas cidades. Atendendo ao convite da Presidência da Entidade, os delegados regionais de Jundiaí, Sr. Alberto Traldi; de Americana, Sr. Dr. Domingos de Luca e de São Carlos, o Sr. Dr. Germano Fher Junior, compareceram às reuniões da diretoria.

A fim de ativar os assuntos relacionados com as delegacias, o chefe do Departamento do Interior visitou as cidades de Jundiaí, Americana, Bauru, Marília, Botucatu, Araraquara e São Carlos. Essas viagens proporcionaram contatos diretos com as pessoas e líderes que representavam a entidade no interior e os assuntos tratados foram transmitidos à diretoria em detalhados relatórios.

Aproveitando a realização de solenidades do SESI nos dias 5 e 6 de novembro de 1949, nas cidades de Araraquara e São Carlos, o chefe do Departamento do Interior acompanhou o Diretor do Ciesp, Sr. Dr. Rodolpho Ortenblad, promovendo entendimentos para a constituição de uma Delegacia em Araraquara e a instalação da Delegacia de São Carlos e, na tarde do dia 6, realizou-se a solenidade de instalação da Delegacia de São Carlos.

Nessa época, a indústria e o Ciesp já buscavam junto aos poderes públicos municipais parcerias no sentido de viabilizar fisicamente as instalações das Delegacias Regionais.

Tendo em vista a falta de regulamentação dos Estatutos da Entidade, os quais só se referiam à criação das Delegacias no Interior e eleição do delegado, foi elaborado um regulamento específico dispondo sobre a forma das eleições para a constituição da direção das delegacias.

Com o objetivo de aumentar o leque de relações e visando ações futuras, foram elaborados cadastros da imprensa do interior, dos poderes executivos e legislativos municipais, de autoridades, das firmas associadas e das não associadas, de problemas industriais do interior, de estações de rádio e outros.

A delegacia de Rio Claro, como era denominada, teve como primeiro Delegado o Sr. Humberto Cartolano e os seguintes conselheiros: Srs. Joaquim Monteiro, Nomentala Jorge, Arvidio Berzin, Frico Meyer, Francisco Leal Lucas, Heitor Ribeiro de Almeida (de Santa Gertrudes), Jorge Assunção (de Araras) e Petit Arrais (de Leme). Por motivos diversos, a delegacia em nossa cidade deixou de funcionar por um pequeno período até que, atendendo aos reclamos da indústria local e, aproveitando convite do Prefeito Municipal de Rio Claro, Sr. Fausto Santomauro, e do Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Martins da Silva, o Sr. Mario Di Piero, Diretor do Departamento do Interior, devidamente autorizado pela Diretoria do CIESP, compareceu em nossa cidade no dia 24 de junho de 1952, para reinstalar uma Delegacia em Rio Claro. Na oportunidade, o diretor encontrava-se acompanhado pelo Chefe do Departamento do Interior, Dr. Clovis de Oliveira, e pela assistente Dr. Cleide Moreira Ortiz Ramos, solenidade que fez parte das festividades de encerramento das comemorações do 125º aniversário de Rio Claro.

Os membros do Ciesp foram recebidos na estação ferroviária com banda de música, por autoridades locais e regionais, presidentes das entidades de classe e representantes da indústria. Em comitiva, todos se dirigiram à sede da Associação Comercial, presidida pelo Sr. Arvidio Berzin, onde se realizou uma reunião. Nessa ocasião foram debatidos vários assuntos do interesse da indústria, inclusive o apelo feito pelos industriais para que fosse mantida a Delegacia local do CIESP criada em 1949 pelo Sr. Antonio Devisate.

Em decorrência dessa visita, em 16 de julho de 1952, durante reunião da Diretoria do CIESP, foram homologados os nomes dos industriais escolhidos pela indústria rio-clarense, para a Delegacia local: Delegado Sr. Manuel José Ferreira; Conselheiros Srs. Arvidio Berzin, Emilio Beltrati, Vicente Paschoal Júnior, Alfredo Hebling, Mecnas David Teixeira, Frederico Hilpert, Oscar Meyer, Benjamin Ferreira, Érico Meyer, Carlos Gusmão Fontes, Paulo Nometala Jorge, Walter Meyer, Ítalo Cerri, Jorge Assumpção; Suplentes – Srs. Heitor Ribeiro de Almeida, Nelson Santos e Angelo Bank, equipe reeleita no início de 1953.

Com a finalidade de dotar essa Delegacia de Zona Territorial, após serem ouvidas as Delegacias de Americana e São Carlos, foram desmembrados destas duas os municípios de Araras, Cordeirópolis, Santa Gertrudes, São Pedro, Águas de São Pedro, Itirapina, Análândia, Corumbataí e Leme, transferidos para a jurisdição da Delegacia de Rio Claro.

Nesses 60 anos de existência, muitos nomes de expressão da indústria e da sociedade local passaram pela sua direção.

Humberto Cartolano	1949 – 1952
Manoel José Ferreira	1952 – 1960
Emílio Beltrati	1960 – 1964 e 1972 – 1977
Benjamin Ferreira	1965 – 1966



Vista panorâmica da cidade de Rio Claro

Fonte: Acervo Gunar Koell

Luiz Couto	1967 – 1971
Humberto Mônaco	1977
Francisco Gebelein	1977 – 1983 e 1995 – 1998
Sérgio Luiz Marola	1983 – 1986
Francisco Penteado Neto	1986 – 1995
Pascoal Leonardo Figueiredo	1998 – 2001
Assed Bittar Filho	2001 – 2004
Celestino Martin Kemerer	2004 – 2007
José Tadeu Leme	2007 – 2010

Atualmente, a Diretoria Regional do CIESP em Rio Claro é referência em participação nas mais diversas frentes de trabalho que tenham como objetivo atender as demandas da Indústria Regional. Nos últimos anos, atuou em parceria com o poder público e a iniciativa privada no desenvolvimento de importantes projetos, entre os quais destacamos:

ATERRO SANITÁRIO DOMÉSTICO E INDUSTRIAL

Um exemplo de parceria entre o poder público e a iniciativa privada vai além das vias ambientais de preservação do meio ambiente, pois a preocupação com os assuntos e providências ambientais deve estar acima de muitas questões hoje priorizadas. Em particular, esse projeto ambiental trata-se de um braço de uma ação ecológica: a construção de um Aterro Sanitário Doméstico e Industrial, que envolve questões sobre solo e rios.

O projeto desenvolvido pela Diretoria Regional do Ciesp em Rio Claro e seus parceiros serve de exemplo a todos os municípios do Brasil. Não que este seja o primeiro aterro sanitário construído com uma vala industrial; o que o difere dos demais é a maneira como ele foi concebido. A construção do aterro deu-se por meio de uma parceria inédita, que beneficia todas as partes: a Prefeitura Municipal, o meio ambiente, os empresários e toda a comunidade. São benefícios imensuráveis, se levados em conta os males que os resíduos industriais podem causar à saúde, por meio da contaminação dos rios e do solo, além do constante perigo de se armazenar, nos pátios das empresas, produtos altamente inflamáveis.

As empresas que crescem contratam mais funcionários, e é preciso crescer sempre. Quando o mercado nacional está saturado, temos que buscar alternativas nos mercados externos e o mercado internacional está cada vez mais exigente. Os certificados da família ISO 14000 são cada vez mais importantes e a existência de um aterro que tenha condições exemplares de receber resíduos sólidos industriais torna-se fundamental.

A cidade de Rio Claro passou a ser uma vitrine. Os empresários dão um exemplo de cidadania, as empresas manifestam interesse pela região e toda a comunidade é beneficiada.

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DE RIO CLARO

Em junho de 1995, no antigo depósito da Cervejaria SKOL, foi instalado o NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DE RIO CLARO (incubadora de empresas).

A parceria entre a PREFEITURA DE RIO CLARO, FIESP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SEBRAE – SP e DIRETORIA REGIONAL DO CIESP propiciou a instalação desta incubadora de empresas, voltada a evitar a alta taxa de mortalidade empresarial nos primeiros anos de vida.

Ao longo destes anos o PROJETO NIDO, como é conhecido em Rio Claro, possibilitou o desenvolvimento de inúmeras organizações empresariais, preparando o empreendedor, por meio do fornecimento de apoio gerencial e tecnológico.

Por intermédio de consultores de diversas áreas, tais como Finanças, Marketing, Qualidade, Custos etc., os empreendedores são preparados para a realidade do mercado e, ao longo de sua existência, a incubadora já demonstrou ter uma função muito mais ampla, pois com o desenvolvimento de diferentes atividades produtivas das empresas participantes, passou a fornecer novos produtos e serviços para o município, além de proporcionar a geração de novos postos de trabalho para a população.

Com a presença de empresas representativas de diversos setores, o projeto gera empregos, incentiva a pesquisa tecnológica, a criação e o aprimoramento de novos produtos.



Vista panorâmica com Rodovia Washington Luiz

Fonte: Acervo Gunar Koell

INCUBADORA DE BASE TECNOLÓGICA DE RIO CLARO

A Incubadora de Base Tecnológica de Rio Claro tem por objetivo o desenvolvimento e aprimoramento de micro e pequenas empresas de base tecnológica e técnica, nos seus aspectos tecnológicos, gerenciais, mercadológicos e de recursos humanos, segundo a política nacional de desenvolvimento, de modo a assegurar o seu fortalecimento e a melhoria de seu desempenho.

Esses objetivos são atendidos pelo estabelecimento de mecanismos de intercâmbio e apoio técnico nas empresas incubadas por intermédio de profissionais, empresários e especialistas, visando a desenvolver, nas micro e pequenas empresas que participam das Incubadoras, técnicas que possibilitem o aumento da qualidade, produtividade e competitividade do setor.

As ações resultantes do intercâmbio e apoio técnico são dirigidas no sentido de facilitar o acesso às informações referentes à tecnologia, oportunidades de negócios, crédito, mercado, legislação, pesquisas e publicações técnicas, promovendo o fortalecimento e o desenvolvimento das empresas pela modernização de sua gestão empresarial e tecnológica, proporcionando níveis de desempenho que possibilitem sua maior competitividade e assegurando a esse segmento condições objetivas de eficiência na produção e comercialização de seus produtos, conseguindo, por meio da criação, reestruturação, transferência e incorporação de novas tecnologias, aumentar a produtividade com constante melhoria da qualidade e contribuindo para o incremento da competitividade dessas empresas, por meio de múltiplas ações para um melhor desempenho frente aos mercados tradicionais e da identificação de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional. ♦

Diretas, já!

a campanha que mudou o Brasil

DÚ ALTIMARI

Engenheiro de Produção, Prefeito Municipal de Rio Claro (gestão 2009-2012).

No dia 26 de abril de 1984, os brasileiros acordaram de luto. Naquela madrugada, por apenas 22 votos de diferença (298 a favor e 65 contrários) a Emenda “Dante de Oliveira”, que recebeu o nome de seu autor, um deputado peemedebista mato-grossense, fora rejeitada no Congresso Nacional. A emenda restabelecia eleições diretas para presidente da República.

A votação terminou por volta das 2h, depois de um prolongado e doloroso suspense. Um forte aparato de segurança montado pelo governo militar cercara o Congresso naquele dia de outono. O truculento General Newton Cruz comandava pessoalmente o cerco aos populares.

FORÇA POPULAR

No entanto, o movimento pelas “Diretas-Já” chegara a tal ponto, ganhara tal corpo que as fardas verde-oliva temiam – e não sem razão – a reação daquela multidão diante de uma eventual rejeição da emenda. E tinham mesmo com o que se preocupar. Afinal, o Brasil daqueles dias transpirava indignação, revolta cívica, brasilidade em estado puro.

Estávamos lá. Eu, o deputado estadual João Herrmann Neto, falecido recentemente, em abril de 2009 – que considero o semeador das “Diretas” no interior paulista – e tantos outros que não vou relacionar aqui para não correr o risco de ser injusto e omitir nomes que, agora, não me veem à memória. As duas disputadas credenciais de acesso às galerias nos foram dadas pelo próprio João Herrmann; a mim e ao prefeito de São Carlos, João Octávio Dagnone de Melo. Sabíamos que éramos dois privilegiados.

Nosso deputado federal Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, era o grande nome no Congresso Nacional, o maestro das Diretas, o “Senhor Diretas”. Éramos muitos militantes, daqui e da região, fazendo coro com brasileiros de todos os Estados que lá estavam a postos, sem medo. Vivíamos naquelas horas o ápice de uma força incontida que brotara um ano antes das ruas, dos grotões de miséria, dos casebres, dos campos e até da caserna e dos bulevares aristocráticos, costurando os anseios de toda uma nação.



Praça da Sé, São Paulo — 25 de Janeiro de 1984

Fonte: Acervo da família de Pires de Oliveira

ÂNIMOS INFLAMADOS

Lá dentro, no plenário, a sessão seguia interminável. A angústia dos populares aumentava e os discursos inflamados da oposição reverberavam pelos amplos corredores do Congresso, prenunciando o momento da votação, que seria outra agonia.

Semblantes pesados, carregados, contracenavam com a alegria quase eufórica de estudantes, trabalhadores, donas de casa que se espalhavam pelos gramados da Praça dos Três Poderes. O Brasil acordara definitivamente de um prolongado torpor iniciado com o Golpe Militar de 31 de março de 1964, havia duas décadas.

Na madrugada de Brasília, finalmente o placar de votação parou. Por míseros 22 votos, os anseios populares eram atropelados pelos parlamentares situacionistas, que não se curvaram àquela mobilização popular.

Pessoas choravam e se abraçavam, procuram consolo em quem estivesse próximo ou em ombros solidários prontos para consolar os mais aturdidos e perplexos diante daquele resultado tão temido e repudiado. Uma dor que não cabe na limitação das palavras.

EMOÇÃO

Com a votação encerrada, o ambiente dentro do Congresso Nacional era tenso. Da entrada das galerias, porém, vozes embargadas pela emoção e por um sentimento impressionante de brio indomável, rapidamente transformaram aquela aparente derrota num convite irrecusável ao patriotismo, ao desejo sóbrio de seguir em frente na luta pela sonhada democracia. “Vamos cantar o Hino Nacional, a vitória nos aguarda”, berriamos alguns de nós, enquanto os parlamentares voltavam sua atenção para o nosso lado, estufavam o peito e – solenemente – libertavam de suas gargantas os versos iniciais do nosso hino.

Em segundos, aquela canção chicoteava o desânimo e sobrepunha-se à tristeza momentânea que ameaçara se abater sobre todos. A música encheu o plenário, tomou as galerias, borrifou a multidão que se comprimiu no gramado, do lado de fora. A nacionalidade explodiu dos pulmões. Pela primeira vez, cantei e ouvi aquela canção de beleza extrema como se pronunciasse uma oração, a prece da resistência, do Brasil novo que fazia daquela derrota apenas um ligeiro tropeço e que – em contrapartida – recolocava a nação de pé, altiva, determinada a não mais se deixar intimidar.

Difícil imaginar que este nosso Brasil de hoje possa produzir outro fenômeno cívico como aquele, quando milhões de brasi-

leiros descobriram, afinal, serem filhos de uma mesma pátria, imbuídos de um mesmo desejo, sedentos – todos – da liberdade que, durante duas décadas, lhes fora subtraída pela tirania.

O COMEÇO

A primeira brisa das “Diretas Já”, segundo registros, soprou leve ainda no início de 1983, na pequena cidade de Abreu e Lima, município pernambucano então recém-emancipado. Fazia eco a uma proposta do senador Teotônio Vilela, que plantara a ideia no Programa “Canal Livre”, da TV Bandeirantes, símbolo de um jornalismo corajoso para a época. O “Menestrel das Alagoas”, como o senador passou a ser chamado, mal poderia supor o que ocorreria nos meses seguintes àquela convocação que somava ira, indignação e nacionalidade, enfim, um fervor cívico nunca visto. Vilela morreu antes de ver a democracia restaurada no país, em novembro de 1983, momento em que a campanha caminhava já por “efeito da gravidade”, alastrando-se pelos campos ou entre os espigões de concreto das metrópoles.

Foi um movimento suprapartidário, que teve à frente o MDB, PDT e PT, observando-se que os dois últimos – liderados respectivamente por Leonel Brizola e o então sindicalista Luis Inácio Lula da Silva – surgiram pouco antes disso, no bojo de uma reforma política que permitiu a criação de novas siglas e significou o fim do bipartidarismo (PDS e MDB), ocasionando a fragmentação da oposição, como planejava o Governo Militar e seu estrategista e mentor político, o General Golbery do Couto e Silva.

BIPARTIDARISMO

A “rebelião” civil contra os anos de ferro do regime militar nunca deixou de existir, mas tateou timidamente no princípio. Não era fácil encontrar brechas para expressar qualquer opinião que trombasse com a ideologia brutamontes e surda do Estado. Na política partidária, só havia o PDS, que viera do rescaldo da Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), então depositário dos sonhos de todas as forças progressistas da época.

De um lado, a situação, que apoiara, desde o início, o golpe militar e a ditadura que se seguiu, naquele momento sob o comando do general João Figueiredo; do outro, a discordância, o pensamento democrático enlouquecido para quebrar os grilhões daquele virulento regime.



Vista panorâmica da Praça da Sé — Comício pelas Diretas, Já — 25 de Janeiro de 1984

Fonte: Acervo da família de Pires de Oliveira



DISTENSÃO?

Vivíamos, desde 1979, o que os militares chamavam de processo de “distensão lenta e gradual”, um contraponto à ferocidade com que o regime atuara nos anos anteriores, sufocando a nação, impondo a censura e toda sorte de restrições às liberdades democráticas, recorrendo sem hesitar ao aniquilamento ou prisão de seus opositores.

Muitos brasileiros perderam a vida ao se oporem ao regime. O jornalista Vladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho, ambos presos, torturados e mortos pela ditadura, em 25 de outubro de 1976 e 17 de janeiro de 1976, respectivamente, foram dois destes mártires, entre inúmeros outros. Os cárceres da ditadura eram depósitos de presos políticos, tratados sem nenhum resquício de dignidade, como feras levadas ao sacrifício.

Não foi uma “ditabranda” como, equivocadamente, se posicionou o jornal *Folha de São Paulo*, recentemente, numa tentativa leviana e miope de revisar a história: foi ditadura mesmo, e sanguinária. O livro “Brasil Nunca Mais”, lançado em 1985, pela Editora Vozes, com prefácio do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, grande adversário do regime militar e enérgico defensor dos direitos humanos, resgata aquele período negro da vida nacional e clareia os calabouços daquela “Inquisição” revisitada.

INÍCIO

A Campanha pelas “Diretas Urgente” começou em 1983, com o projeto de lei do deputado Dante de Oliveira. A divulgação da chamada “Emenda Dante de Oliveira” repercutiu entre vários grupos mais politizados das capitais e grandes cidades do país.

Com a repercussão nos meios de comunicação, aquelas manifestações adquiriram volume. Enormes comícios se sucederam, enquanto figuras perseguidas pela ditadura militar, membros da classe artística, intelectuais e representantes de outros movimentos militavam pela aprovação do projeto de lei.

Em janeiro de 1984, cerca de 300 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé, em São Paulo. Três meses depois, um milhão de cidadãos tomou o largo da Candelária, no Rio de Janeiro. Poucos dias mais tarde, cerca de 1,7 milhões de pessoas se mobilizaram em São Paulo, no Vale do Anhangabaú.

“DIRETAS” AQUI

Em Rio Claro, e felizmente fomos testemunhas e participantes deste processo, o grito pelas “diretas” não destoou do “brado retumbante” que assolava o resto da nação. Um dia, conversando com o então presidente do PMDB de Rio Claro, o também saudoso José Marcos Pires de Oliveira, questionei-o sobre o que estávamos esperando para arrastar a campanha até aqui. Lembrei-o que o Dr. Ulysses, já então o consagrado Patrono das Diretas, o “Senhor Diretas”, era nosso conterrâneo e certamente gostaria de estar conosco num momento decisivo como aquele. Pires não hesitou. Pegou o telefone e falou com o Dr. Ulysses. Bastaram poucas palavras. O Dr. Ulysses parecia já esperar pelo convite. Aceitou, sem titubear, autorizando que se marcasse a manifestação e assegurando que estaria aqui, conosco, no palanque.

Na noite de 18 de janeiro de 1984, três mil pessoas reuniram-se na Avenida 1, esquina com Rua 3. Portavam faixas,

cartazes e exalavam pelos poros um brio cívico indescritível. Fui encarregado, garoto que era, de comandar aquele cerimonial que nunca escapará de minha memória. A voz grave do Dr. Ulysses, ao lado de sua eterna companheira, dona Mora, soou em tom de convocação. Outros oradores o antecederam. Lá estavam o então prefeito Lincoln Magalhães, Dr. Pires, o nosso peemedebista histórico, Dr. Ruy Fina. E mais: o deputado e ex-ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto, além dos deputados João Pacheco Chaves e João Herrmann Neto.

Foi uma noite da democracia.

O Dr. Ulysses deu o tom exato do Brasil daqueles dias. Vibrava e fazia vibrar corações, demonstrando que estávamos prestes a sepultar definitivamente aquele período negro da história. Daquela noite em diante, a campanha, que até então se chamava “Diretas Urgente”, recebeu a denominação de “Diretas Já”. A sugestão, contam, veio de um rio-clarense, de uma voz anônima, enquanto o comício incendiava a praça. E foi acatada, de pronto, pelo que tinha de identidade com a causa. Dali, as “Diretas Já” foram incorporadas às faixas presentes em todos os comícios da campanha e aos discursos dos que a defendiam em todo o país.

CARAVANA

No aniversário de São Paulo, dia 25 de janeiro, poucos dias depois da concentração em Rio Claro, uma caravana local dirigiu-se à capital para o gigantesco comício na Praça da Sé. O Dr. Ulysses, o então líder sindicalista do ABC e hoje presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, irmanavam-se com Mário Covas, Miguel Arraes e Leonel Brizola para comporem aquela constelação de brasileiros notáveis perfilados no imponente palanque. O governador Franco Montoro puxou o comício. A multidão rugia de felicidade e esperança. As forças democráticas da nação, unidas e fortalecidas nos braços do povo, mostravam, finalmente, que o Brasil era outro, independente da história por vir.

O PAINEL

Um grande painel, de 4m x 3m, com a foto de meio corpo do Dr. Ulysses destacada, teve um papel extraordinário no comício pelas Diretas em Rio Claro e, logo na sequência, na gigantesca manifestação organizada na Praça da Sé, na Capital. A peça de campanha trazia os seguintes dizeres na parte supe-

rior: “Diretas Urgente”. Pouco mais abaixo, à altura da cabeça do homenageado, lia-se “PMDB Rio Claro”. Por fim, quase no rodapé do painel, propunha, com ousadia, “Ulysses Guimarães, Presidente do Brasil”.

Em Rio Claro, o painel dominou o comício, visível de qualquer ponto onde se concentrava a multidão. Trabalho caprichoso do artista plástico Cabral, um rio-clarense dedicado às artes, a obra era, na verdade, um painel utilizado nas eleições de 1982 que, de tão significativo, acabou reaproveitado pelas mãos hábeis e sensíveis do dedicado mestre.

Eu e Lázaro Dimas Graef decidimos, então, que levaríamos aquele mesmo painel ao comício da Sé. E assim fizemos já na véspera do comício, dia 24 de janeiro. Tivemos tempo para escolher o lugar mais estratégico e, naquela mesma noite, lá estava a mensagem pendurada onde queríamos. Impossível não vê-la do palanque ou de qualquer outro ponto da praça e das ruas vizinhas.

Não demorou e, ao amanhecer do dia 25, a encrenca já estava armada. Os organizadores chegaram até nós e pediram que o painel fosse retirado dali. Populares que acompanhavam os fatos protestaram, mostraram-se solidários conosco e com a mensagem do painel. Receberam com estrepitosas vaias os intrusos. Mas, a solução não aparecia.

ESPARADRAPO

Graef e eu não arredávamos pé dali e tudo sugeria que nossos planos de saudar o Dr. Ulysses adernavam perigosamente. Só então soubemos o verdadeiro motivo que levava a segurança a exigir a retirada imediata do painel, àquela altura pendurado – firme – num coqueiro. Não queriam a frase “Presidente do Brasil” associada à imagem e ao nome do Dr. Ulysses. Eu e Graef não deixamos por menos: aproveitamos um descuido dos seguranças e corremos até uma farmácia nas imediações, onde compramos alguns rolos de esparadrapo.

Num piscar de olhos a operação reparo estava concluída, com a frase polêmica devidamente oculta sob as tiras da fita adesiva. De sorte que o painel do Dr. Ulysses permaneceu onde o tínhamos instalado, atravessou todo o comício, foi visto, comentado e filmado em cadeia nacional. Cumpríamos, enfim, nosso papel. Retornamos para Rio Claro com aquele verdadeiro símbolo das nossas aspirações cuidadosamente acomodado no vagão de trem que trouxe nossa caravana de volta. ♦



Professor Luiz Martins Rodrigues Filho

Fonte: Acervo particular da família

O poeta e sua herança

SANDRA R.S. BALDESSIN

Consultora em Comunicação Escrita.

À comemoração dos 30 anos de fundação do Arquivo Público de Rio Claro, não pode faltar poesia. Não pode faltar a menção ao nome Luiz Martins Rodrigues Filho.

Eu o conheci na adolescência, pois tive a sorte de ser sua aluna no então designado Instituto Estadual de Educação Joaquim Ribeiro. Meu primeiro contato com Luiz Martins ocorreu no antigo ginásio, onde descobri um professor apaixonado pela Língua Portuguesa, pela literatura.

Não tenho dúvidas de que o seu talento como educador influenciou muito o meu apreço pela leitura, o amor pela poesia. Sua dedicação é uma prova irrefutável de que os bons professores são semeadores anônimos, que saem ao campo para espalhar a semente do amor ao conhecimento, esperando como recompensa que algumas vicejem.

O poeta Luiz Martins Rodrigues Filho nasceu em Tietê, São Paulo, em 14 de julho de 1923. Formou-se professor e, junto com as atividades docentes, desenvolveu uma prolífica carreira como articulista de vários jornais.

Já no início da década de 1940, em São Carlos, Luiz Martins foi articulista do Correio de São Carlos; em seguida, tornou-se colaborador do Correio Popular de Campinas, ocasião em que estudava na Pontifícia Universidade Católica, onde cursou Letras Neolatinas.

Já na década de 1960, manteve, também no Correio Popular, uma página literária semanal, editada por cerca de um ano. O nome era Mundo Literário; nesse suplemento, Luiz Martins lançou inúmeros poemas.

No período que viveu e lecionou em Franca, durante 13 anos, foi colaborador semanal do Comércio da Franca e do jornal *O Francano*.

Finalmente, em 1963, Luiz Martins Rodrigues Filho mudou-se com a família para Rio Claro, onde continuou a lecionar Língua Portuguesa e Literatura, a colaborar com a imprensa, inicialmente, no *Diário do Rio Claro*, onde escrevia para o suplemento Encontro, voltado para a Literatura e dirigido por José Antonio Carlos David Chagas. Também foi colaborador do *Jornal Cidade de Rio Claro* e do *Jornal Arauto*, de Santa Gertrudes.

Luiz Martins escreveu em jornais durante 60 anos, marcando sua presença nos cenários da imprensa paulista e, sobretudo, da imprensa rio-clarense, brindando seus leitores com crônicas literárias e artigos sobre cinema, uma grande paixão que ele nutriu por toda a vida.

Embora ele mesmo só aceitasse o título de cinéfilo, sua vasta produção nesse campo permite que seja reconhecido como crítico de cinema. Sua obra abrange um dicionário de cineastas, ainda inédito, citando mais de mil diretores. Seus cadernos de cinema, manuscritos, são preciosidades que, em algum momento, precisam chegar às mãos dos leitores, não podem ficar nas gavetas.

A presença de Luiz Martins Rodrigues Filho nas cenas educacional e cultural de Rio Claro é marcante, e a cidade procurou recompensá-lo, desejando dar-lhe o título de cidadão rio-clarense. Mas, o professor Luiz Martins encontrava-se doente e, na trama da história, não estava escrito que isso se cumpriria, pois já não havia tempo. O homem de inteligência refinada, de sensibilidade aguçada, faleceu no dia 26 de fevereiro de 2001.

Contudo, a voz do poeta Luiz Martins Rodrigues Filho continua viva e ressoando por meio de sua poesia, registrada nos livros *Suor do Tempo*, de 1980, e *Ofício de Viver*, editado pelo Arquivo Público de Rio Claro.

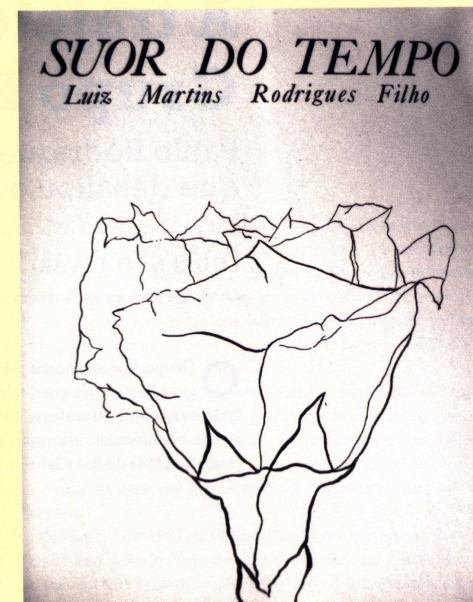
Se o poeta vive, há que se destacar o que há de fundamental em sua poética. A poesia de Luiz Martins anseia pela autenti-

cidade absoluta, no universo mais que relativo das metáforas. Como o próprio Luiz declarou: "O poema deve doer na sua autenticidade".

Seus poemas cantam, ainda, o inevitável cansaço da humanidade, que transparece nos "passos que são pássaros esgotados"; cantam a lufada fresca de esperança, mesmo diante do que parece finito, que sopra vida em nossas narinas por meio da certeza: "Os mortos, lá no fundo obscuro da terra, alimentam as raízes que sustentam os vivos."

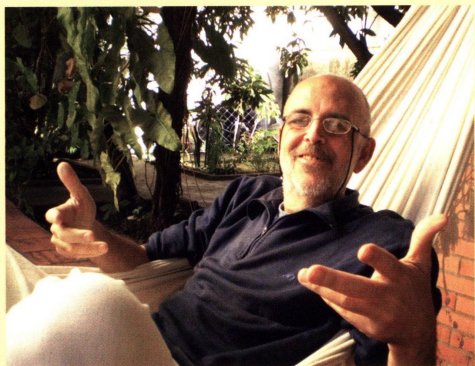
Luiz Martins Rodrigues Filho deixou-nos como legado a sua poesia, que não perde tempo e nem gasta tinta com a retórica vazia. Uma poesia que se oferece inteira, generosa, pois o poeta se "dissolve em palavras" para nos alimentar.

Assim, na festa dos 30 anos do Arquivo Público – a casa da memória do povo de Rio Claro –, deve estar presente a lembrança do poeta Luiz Martins, cuja vida e obra marcam a identidade cultural rio-clarense. ♦



Capa do livro 'Suor do Tempo'

Fonte: Jaime Leitão



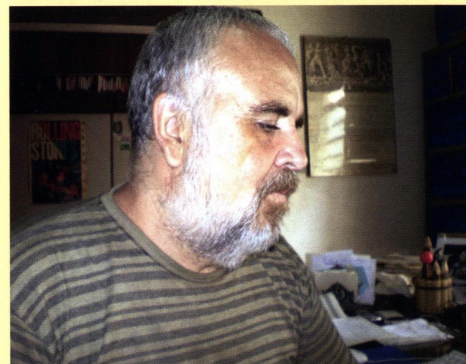
A trajetória do Grupo Banzo

Paulo Rodrigues, o homem que desafiou o poder

LOURENÇO FAVARI

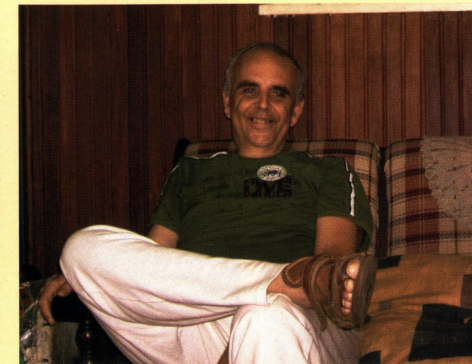
Jornalista e Pesquisador Audiovisual.

O Grupo Banzo, encabeçado pelo pesquisador Paulo Sérgio Moura Rodrigues, falecido no dia 1 de novembro de 2008, surgiu oficialmente no ano de 1976 com o intuito sócio-artístico-ambiental. Informações indicam que o Banzo foi a primeira ONG de Rio Claro.



Vários momentos de Paulo Rodrigues

Fonte: Acervo do Jornal "O Beta"



A primeira experiência do grupo já instituído, foi a criação de um movimento de 'interação cultural' que unia diversos segmentos artísticos, entre eles, dança, música e teatro. A sede do movimento foi instalada na Avenida 2, esquina com a Rua 6, e denominada de Centro Experimental de Artes (CEA).

O primeiro trabalho apresentado pelo centro, foi a adaptação para teatro do conto *Sarapalha* de João Guimarães Rosa, que tinha como participantes Milton Machado Luz, J. R. Santana, sob direção de Paulo Rodrigues. Posteriormente houve problemas internos que colocaram um fim ao movimento.

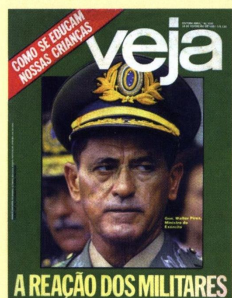
No entanto, o Grupo Banzo havia se instituído e não foi desfeito com o fim do CEA. Outras áreas interessavam os garotos revolucionários. Entre elas, a história do negro, o meio ambiente, o patrimônio histórico e políticas de participação popular.

Em 1978, Paulo engajou-se na criação da Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente (Soridema), e foi um dos sócios fundadores da entidade que completou em março de 2009, 31 anos de existência.

Paulo Rodrigues seguiu incansável no desenvolvimento da tese em que afirma que o samba nasceu em Rio Claro. De acordo com ele, o compositor Alexandre Levy compôs *Samba*, após ouvir uma dança de negros na fazenda Cafezal em Rio Claro de propriedade de José Ferraz de Assis Negreiros. Levy e Negreiros foram colunistas do jornal paulistano *Diário Mercantil*, escrevendo críticas musicais.

Em cada área de atuação somavam-se membros ao Banzo, ou seja, não existia uma única formação. Muitos integraram o grupo no decorrer de sua existência. Vale lembrar a participação do fotógrafo José Roberto Melato, do professor de capoeira André Ribeiro, de Tuti Destro e do jornalista José Roberto Santana.

No início de 1981, o Grupo Banzo se instalou no Jardim Público ao lado do Anjo da Concórdia para dar continuidade ao trabalho. A primeira ação do grupo no local foi a lavagem performática dos monumentos para contar a história de cada um deles. A revista *Veja* reportou o ato em que transmitiu toda a história ofuscada pelo poder local.



Em plena ditadura militar o grupo Banzo homenageia o guerrilheiro Siqueira Campos no Jardim Público

Fonte: Acervo do Grupo Banzo

Muitos foram os trabalhos desenvolvidos pela trupe. E tudo estava interligado. A partir de 1982, Paulo Rodrigues passou a registrar todos os eventos da cidade, sobre meio ambiente, artes, política, música, dança, folclore e outros. “Eu comecei ser o mais notado do Banzo porque eu tinha uma câmera e filmava tudo” afirmou Paulo em entrevista ao jornal O Beta.

O mentor e guru de várias gerações rio-clarenses, Paulo Rodrigues, sempre deixou exposto o seu amor por Rio Claro. E todas as suas ações a frente do grupo foi, segundo ele, com o objetivo de conhecer os processos históricos passados para entender os desvios e tentar corrigir o presente. “Você não pode somente estudar o poder, tem que estudar o povo. O processo se dá na contradição das relações” afirmou.

O Grupo Banzo representou para Rio Claro a contemporaneidade e propôs com meios adequados, além da estética artística inovadora, uma democracia popular e participativa. Entretanto, a democracia instaurada no Brasil foi a representativa, e os interesses da sociedade parecem não ter sido os mesmos dos detentores do poder.

A última ação do Grupo Banzo, representado somente por Paulo, foi disponibilizar na internet os registros audiovisuais que havia feito de 1986 até 1998. Os vídeos podem ser encontrados no site www.youtube.com/grupobanzo.

A ORIGEM DO NOME

O nome Banzo foi escolhido devido uma pesquisa que Paulo Rodrigues desenvolvia sobre a história do negro em Rio Claro. Paulo afirmou ter descoberto um livro nos arquivos da Prefeitura Municipal que registrava um grande número de escravos enforcados na passagem do século XIX para o século XX. De acordo com o livro, estes escravos se enforcavam por causa do Banzo, ou seja, quando o negro percebia a violência do branco com relação a sua identidade ele tinha duas opções, entrar em depressão profunda e morrer por inanição ou lutar.

Como afirmou Paulo, o Grupo Banzo havia optado por resgatar a identidade de um povo e lutar.



Centro Experimental de Artes, Avenida 2, esquina da Rua 6. Cláudio Oliveira (Gringo) Anselmo Sellengardi, Paulo Rodrigues, Vandinho, Milton Machado – 1976

Fonte: Acervo do Grupo Banzo

MOMENTO HISTÓRICO

O Brasil passava por um processo histórico que culminou em uma ascensão cultural. Após a criação do Ginásio Vocacional em Rio Claro, que segundo o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) formava anarquistas, a cidade começou a mudar. Paulo Rodrigues ressaltou que o grande responsável por seu interesse em arte, democracia e política fora o colégio Vocacional.

Outro evento marcante aconteceu em 1969, quando o grupo norte americano de teatro Living Theatre, capitaneado por Judith Malina e Julian Beck, fizeram uma apresentação, em plena

ditadura, na praça central de Rio Claro. O que motivou diversas manifestações nos jovens. Na ocasião o ator rio-clarense Ilyion Troya passou a integrar o Living, fazendo tour com o grupo. Em contrapartida aos movimentos externos que por aqui passavam, Rio Claro abriu portas para novos horizontes.

Entre muitos acontecimentos vale lembrar do jornal Momento, editado pelo cineasta Roberto Palmari, o surgimento de escritores como Jaime Leitão, as curas de Florideu Gervásio e a criação do Arquivo Público Municipal.

Rio Claro viveu intensamente o que se vivia em grandes capitais, tanto em questões políticas como estéticas. ♦



Roberto Palmari em uma grua improvisada

Fonte: Acervo do Grupo Banzo

O baú encantado de Roberto Palmari

Filho de uma abastada família de imigrantes italianos, Roberto Fillipe Palmari nasceu em 5 de junho de 1934. Trabalhou para a extinta *TV Tupi*, foi um dos criadores da *TV Excelsior* e entrou para a história da sétima arte tupiniquim, ao realizar os longas *O Diário da Província* e *O Predilecto*.

LOURENÇO FAVARI

Jornalista e Pesquisador Audiovisual.



Roberto Palmari e Paula Ribeiro

Fonte: Acervo do Grupo Banzo

Em 1954, Roberto Palmari viajou para a Itália e conheceu o diretor de cinema Federico Fellini, que entre outros, realizou *E la nave va*. Estudou literatura e fez estágio na TV Estatal italiana. De volta ao Brasil conseguiu, em 1959, um papel no tele-drama *Urgente (Um namorado para Sheila!)*, do diretor Ademar Guerra na extinta TV Tupi. No final da década de 1970, volta à Tupi e dirige o *Programa Marisa Urban*, sob a redação do escritor Jaime Leitão.

PALMARI E EXCELSIOR

Presente desde a inauguração da TV Excelsior, Roberto Palmari idealizou, em parceria de Walter George Durst e Túlio de Lemos, o programa *Teatro 63*, em que enfatizava a dramaturgia brasileira em encenações de histórias reais escolhidas pelos produtores. A TV mantinha uma rede de programação inovadora e variada, e sua audiência aumentava gradativamente.

Em 1965, para dar um salto ainda maior no número de expectadores da Excelsior, os diretores da TV propuseram à Palmari e outros produtores a realização de um festival de MPB, que culminou na revelação de nomes como Edu Lobo, Elis Regina, Geraldo Vandré e Wilson Simonal. De acordo com pesquisa realizada pelo Centro Cultural São Paulo, o festival é considerado o primeiro do gênero na televisão brasileira.

Rapidamente a *Rede Record de Televisão* começou a apostar nos artistas revelados no festival de MPB, o que fez a *Excelsior* perder consideravelmente sua audiência. Na tentativa de barrar o avanço da concorrente, Roberto Palmari convocou Moracy do Val, Luiz Vergueiro, Franco Paulino e Chico de Assis para criarem uma série de programas.

Dessa tentativa, surgiu o supershow *Ensaio Geral* que foi exibido de janeiro a maio de 1967 na *TV Excelsior* de São Paulo, tendo como um dos apresentadores o músico Gilberto Gil, "um dos contratados para o numeroso elenco de 40 artistas, que in-



Roberto Palmari e elenco do filme 'Diário da Província'. Destaque para a presença do ator José Lewgoy e Paula Ribeiro

Fonte: Acervo do Grupo Banzo

cluía uma orquestra sob a regência de Radamés Gnattali, outra sob a batuta de Chiquinho de Moraes, dois conjuntos, o Tamba Trio e o trio de Edson Machado, e mais uma cacetada de cantores, como Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Sérgio Ricardo, Tuca, Sidney Miller, além de figuras de proa da Época de Ouro, como Jacob do Bandalim, Ismael Silva, Cyro Monteiro e outros", escreve Zuza Homem de Mello no livro *A Era dos Festivais*.

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS

No meio publicitário trabalhou em agências de peso, e realizou campanhas, comerciais de TV e ganhou muitos prêmios, dentre os quais, competindo com profissionais da mais alta competência, entre eles, Francisco Petit, Washington Olivetto, entre outros.

Com direção musical do maestro Rogério Duprat, decoração de Cyro del Nero e trilha sonora da banda Mutantes, Roberto Palmari, produziu o Show e desfile de lançamento da coleção Rhodia Moda inverno/70 "Afrodísia", de Alceu Penna. Hoje, recordada em muitos livros e revistas especializados em moda, música e publicidade.

A SÉTIMA ARTE

Sua primeira realização cinematográfica aconteceu no ano de 1976. O longa *O Predilecto*. No elenco Jofre Soares, Suzana Gonçalves e Othon Bastos. O filme levou o Kikito de ouro de melhor filme na 4ª. edição do Festival de Gramado de 76. Jofre

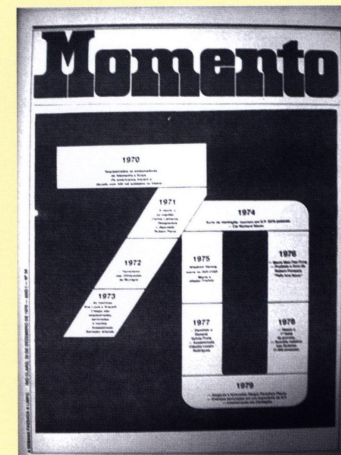
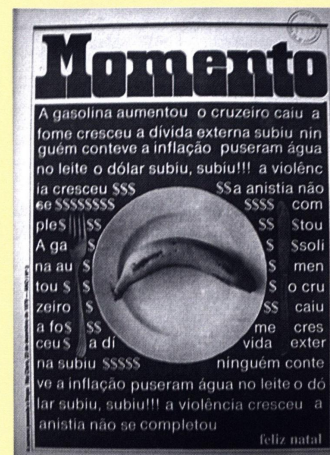
Soares ganhou como melhor ator, e Roberto Palmari e Roberto Santos foram premiados com o melhor roteiro.

No ano de 1977 a revista masculina Status realizou seu 1º. Concurso de Contos Eróticos. Os quatro contos premiados foram adaptados, por realizadores diferentes, para cinema e reunidos em um só *tape* chamado *Contos Eróticos*. Palmari foi convidado para adaptar e dirigir o episódio *As três virgens*. Um destaque da produção foi a atriz Carmem Silva, que recebeu o prêmio de melhor atriz coadjuvante no XI Festival de Cinema de Brasília.

O terceiro e último projeto cinematográfico de Roberto Palmari denominado *O Diário da Província*, foi exibido em 1978. O filme tem como pano de fundo a crise do café de 1929, e transforma em 'personagem' o jornal rio-clarense de maior expressão nas décadas de 20 e 30: O Alpha. No elenco estavam José Lewgoy, Gianfrancesco Guarnieri, Paula Ribeiro e Beatriz Segall. A equipe de pesquisa do longa foi composta por Nelson Anunciato (Fubá), Paula Ribeiro e Fernando Cilentio Fitipaldi.

De acordo com o crítico do site www.criticos.com.br, Daniel Schenker, *O Diário da Província* tem uma pretensão histórica acima do comum. "Eu acho que o filme tem uma ambição como registro histórico e eu não sei se ele se realiza", ressalta Schenker.

Carlos Eduardo Sarmento, historiador, afirma que o longa demonstra que apesar das mudanças no decorrer dos anos, a sociedade continua a mesma. "Esse filme nos leva a pensar, que sociedade brasileira é essa? Que parece se transformar com um turbilhão de acontecimentos, quando na verdade ela permanece com as mesmas estruturas", conclui Sarmento.



Jornal Momento criado por Roberto Palmari

Fonte: Acervo do Grupo Banzo

A COMUNICAÇÃO E OS LAÇOS COM O PASSADO HISTÓRICO

Nesse interm foi locutor do programa *Carnet Social* da Rádio PRF2 (Rádio Clube) em Rio Claro. Em dezembro de 1979 publicou, também em Rio Claro, *Momento - A semana passada a limpo*, tablóide com viés político-cultural. Entre seus colaboradores se destacavam a fotógrafa Claudia Andujar, Jaime Leitão, Henfil e Ignácio Loyola Brandão.

Devido pesquisa feita acerca do integralismo e da crise do café de 1929, para a realização do roteiro de *O Diário da Província*, Palmari sentiu a necessidade de se criar um arquivo histórico para a cidade. Foi então que fomentou um projeto extremamente ousado para uma Rio Claro provinciana e aristocrática do final da década de 1970, a criação do Arquivo Público Municipal.

Palmari ainda tentou produzir em 1986 o jornal *Folha Solta*, que com um humor singelo evocava "Vamos acordar o leão", referindo-se ao Leão deitado no símbolo da bandeira de Rio Claro, entretanto, a empreitada não passou dos primeiros números.

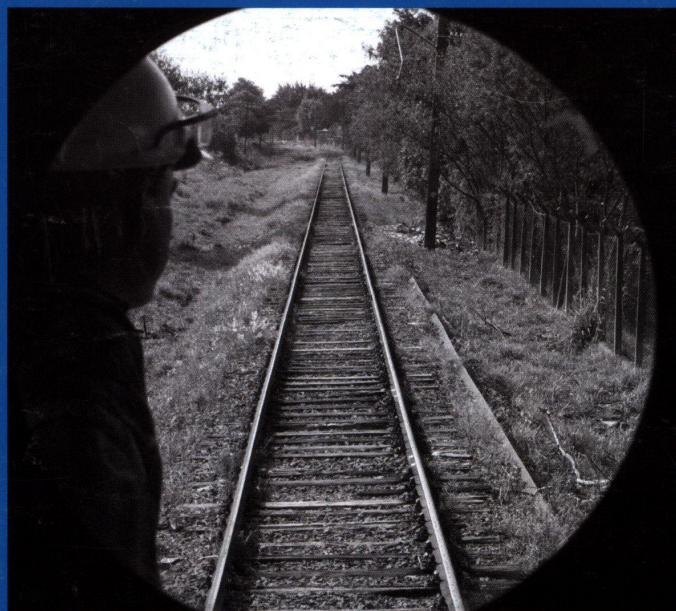
Informações dão conta que no final da década de 1980, Roberto Palmari queria instalar uma escola de cinema nas dependências do recém criado Centro Cultural, contudo, a idéia foi rejeitada pelo poder público.

Consequentemente, mudou-se de Rio Claro para dirigir uma TV local em São José do Rio Preto. No ano de 1992 sofreu aneurisma cerebral e foi transferido para Porto Alegre, onde faleceu no dia 3 de outubro. ♦

"...TORNEI-ME ASSIM,
UM INSTIGADOR DE IDÉIAS,
UM INCONFORMADO IRRECUPERÁVEL,
UM INCURÁVEL SENTIMENTALISTA,
UM FRIO CRÍTICO DA PREPOTÊNCIA,
UM INIMIGO DO PODER,
UM PAISAGISTA DO SALVÁVEL,
PINTOR DO IMPERDÍVEL
E RELATOR DO DIA-A-DIA..."

ROBERTO PALMARI

Extraído do jornal *Folha Solta* n°. 1, agosto de 1986.



ARQUIVO HISTÓRICO DE RIO CLARO

Rua 6, 3265 – Alto do Santana
13504-099 – Rio Claro – SP
fone/fax: [19] 3522-1938
e-mail: aphrioclaro@hotmail.com

ATENDIMENTO AO PÚBLICO:
2ª. a 6ª. das 13h15 às 16h45

